



DL--01

Ses. Esp. 25/08/11

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial para conhecer, debater e avaliar o combate ao tráfico aqui na Bahia, proposta pelo deputado Sidelvan Nóbrega.

Convido para compor a Mesa o nobre deputado Sidelvan Nóbrega; o Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia, Maurício Teles Barbosa; o Sr. Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Almiro Sena; o Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, coronel Alfredo Braga de Castro; a Sr^a Psicóloga e Mestra em Saúde Coletiva, atuante no Centro de Estudos de Terapia no Abuso de Drogas, Patrícia von Flach, representando o Secretário da Saúde do Estado, Jorge Solla; o Sr. Geder Luiz Rocha Gomes, representando o procurador-geral de Justiça, Dr. Wellington César Lima e Silva; o Sr. Secretário Municipal do Trabalho Assistência Social e Direito do Cidadão, Oscimar Alves Torres; o Sr. Coordenador Adjunto do Centro de Estados de Terapia do Abuso de Drogas, George Gusmão; convido a Sr^a Superintendente de Assistência Social, Ângela Gonçalves, representando o Secretário de Desenvolvimento Social de Combate à Pobreza do Estado, Sr. Carlos Brasileiro; convido a Sr^a Coordenadora de Direitos Humanos, Fabiana Miranda, representando a Defensora Pública, Maria Célia Padilha. (Palmas)



1570-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Sidelvan Nóbrega

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao nobre deputado, proponente da sessão, Sidelvan Nóbrega.

Gostaria de registrar as presenças do deputado Capitão Tadeu e do deputado José de Arimatéia.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Boa-tarde, senhoras e senhores aqui presentes. Quero cumprimentar o presidente da Assembleia da Bahia, deputado Marcelo Nilo; agradecer a presença do Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia, Dr. Maurício Teles Barbosa; do Sr. Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Dr. Almiro Sena; Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Alfredo Braga de Castro, obrigado pela presença; Sr^a Psicóloga, Mestre em Saúde Coletiva, que atua no Centro de Estudos de Terapia e Droga, Dr^a Patrícia von Flash; Sr. Geder Luiz Rocha Gomes, representante do Procurador Geral de Justiça, Dr. Wellington César Lima e Silva, muito obrigado pela presença; Sr. Secretário Municipal do Trabalho e Assistência e Direitos do Cidadão, Dr. Oscimar Alves Torres; Sr. Coordenador Adjunto do Centro de Estudos de Terapia no Abuso de Drogas, Jorge Gusmão, obrigado pela presença; Sr^a Superintendente de Assistência Social, Dr^a Ângela Gonçalves, representando neste ato o secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia, o Sr. Carlos Brasileiro; a Sr^a Coordenadora de Direitos Humanos, Dr^a Fabiana Miranda, representando a Defensora Pública, Dr^a Célia Miranda Padilha.

Obrigado pela presença de todos.

Senhoras e senhores, hoje, esta Casa Legislativa reúne esta seleta Mesa para discutirmos sobre o *crack*, que é uma questão de saúde pública. A iniciativa do governo federal na criação de um grupo de trabalho para revisar a resolução da Anvisa, que estabelece as normas mínimas para o funcionamento das entidades, é, sem dúvida, um importante passo para o tratamento de dependentes químicos em comunidades terapêuticas.



Já existem diversas entidades que, mesmo desprovidas da assistência básica do poder público, disponibilizam tratamento à sociedade, desenvolvendo relevante trabalho, independente, desafiador, constituindo-se num importante recurso comunitário de apoio ao tratamento de dependentes químicos no Brasil.

Quero abrir um parêntese para parabenizar todas as entidades que lidam diariamente com a recuperação dessas pessoas.

Também quero ressaltar o trabalho da Polícia Militar do Estado, que nos trará, certamente, nesta tarde, todas as ações que o governo tem realizado para que possamos minimizar o impacto disso sobre os nossos jovens.

É notório que as drogas e os seus desdobramentos na sociedade devem ser levados a sério pois é questão de saúde pública. Senhoras e senhores, a multiplicação diária do número de dependentes químicos na sociedade é estarrecedor e alarmante, sendo necessária a criação de um grupo, reunindo o poder público e a sociedade, para definir um plano de enfrentamento ao *crack* e às drogas associadas, com programas e serviços, com a finalidade de prevenção, reinserção social, redução dos danos à saúde e reeducação da oferta e capacitação de profissionais.

A droga está presente nos principais centros urbanos do País, sendo um desafio aos governantes a adoção de medidas, muitas vezes paliativas e insuficientes para minimizar as consequências de sua disseminação na sociedade.

O *crack*, apesar dos graves problemas que causa a quem o consome, como marginalidade, criminalidade e efeitos físicos e psíquicos devastadores, vem-se espalhando em toda a sociedade, principalmente por ser uma droga de custo baixo.

Portanto, senhoras e senhores, é fundamental a criação de uma força tarefa. Sei que o governo do Estado tem trabalhado para que isso aconteça. Estão aqui o secretário da Justiça e o comandante da Polícia Militar, que, certamente, com o apoio da sociedade, o apoio desta Casa, Capitão Tadeu, e o apoio de todos os senhores que estão na Mesa, representam a esperança para o futuro desses jovens.

Certamente essas ações passarão por cada um de nós. Cada um de nós tem um papel importante nisso. A família tem um papel importante nisso. Há pouco falava sobre isso



a uma repórter. O núcleo familiar é importantíssimo para que se possa recuperar uma pessoa que enveredou por esse caminho.

Essa força tarefa, senhoras e senhores, é para se discutir, avaliar e definir novas ações conjuntas; para conhecer, debater e avaliar o combate ao *crack* e a outras drogas associadas, envolvendo o poder público e a sociedade em ações de saúde, assistência social e jurídica, elaborando programas de intervenção a políticas públicas para o controle dela.

Por isso, hoje, conclamamos essa discussão à sociedade, para mostrar que é possível tirarmos esse jovem, mostrar a ele um novo caminho, mostrar que é possível ele sair desse mundo o qual se envolveu. Com políticas públicas, com o trabalho do governo do Estado, com a contribuição de cada um de nós, de pessoas que, talvez, estejam aqui e tiveram a oportunidade de ajudar essas pessoas e sabem o quanto eles lutam para sair desse caminho para o qual enveredaram.

Então quero encerrar a minha fala dizendo a todos que agradeço a presença dos senhores e das senhoras e que, certamente, com a fala de cada um de vocês, poderemos mostrar à sociedade que o governo do Estado, a sociedade civil está organizada e que nós podemos, secretário, um dia dizer que não é mais o crime organizado e sim o crime desorganizado e a sociedade civil organizada.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1571-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Almiro Sena

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Quero anunciar a presença do Dr. Valdir Santos, advogado da União; 1º Tenente Milena Soares, representando o comandante do Colégio Militar, coronel Leite; coronel Sósthene Paes Coelho Campos, Comandante do Policiamento Regional Atlântico; coronel José Alves dos Santos, Comandante de Operações da Polícia Militar; major Ramalho Neto, comandante da 35ª Companhia da Polícia Militar – Iguatemi/Itaigara, e a Srª Priscila Brito, diretora da empresa Vila Serena.

Passo a Presidência dos trabalhos ao nobre proponente desta sessão, deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Senhoras e senhores, dando continuidade a esta sessão, quero convidar o Dr. Almiro Sena, nosso secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, para que possa falar sobre o tema.

O Sr. ALMIRO SENA:- Exmº Sr. Presidente desta importante sessão, eminente deputado Sidelvan Nóbrega; Exmº Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia, Dr. Maurício Teles Barbosa; Exmº Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar da Bahia, coronel Alfredo Braga de Castro; Exmª Srª Patrícia Von Flach, da Secretaria da Saúde do Estado, representando o secretário Jorge Solla; Exmº Sr. Geder Luiz Rocha Gomes, representando o Procurador-Geral da Justiça; Exmº Sr. Secretário Municipal de Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão, Ocimar Torres; Exmº Sr. George Gusmão, Coordenador Adjunto do CETAD – Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas; Exmº Sr. José Gonçalves, Superintendente de Ação Social, representando o secretário do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; Srª Coordenadora de Direitos Humanos, Fabiana Miranda, da Defensoria Pública, representando a Drª Maria Célia Padilha; eminente deputado José de Arimatéia; Exmª Srª Denise Tourinho, da Superintendência de Prevenção e Atendimento ao usuário de drogas da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos; Sr. José Carlos Trindade, também colega integrante dessa mesma Superintendência; senhores oficiais



da Polícia Militar, Polícia Civil, Exército, demais autoridades; policiais militares e civis, integrantes do “*Driblando o Crack*”, sociedade civil, também faço referência ao nosso Capitão Tadeu, quero, brevemente nesta fala, primeiro parabenizar o proponente desta sessão, o deputado estadual Sidelvan Nóbrega, pelo acerto em trazer para o debate esse importantíssimo tema que tanto afeta todos nós, que é a questão do combate ao tráfico no Estado da Bahia.

Obviamente, não só o *crack*, mas o *crack* como um símbolo maior, mais acentuado de todas as drogas ilícitas que precisam ser combatidas como, também, as drogas lícitas combatidas em aspecto do uso abusivo. As ilícitas são combatidas tanto na questão do uso abusivo ou do uso propriamente dito, abusivo ou não, quanto da sua comercialização.

A minha fala vai ser, colegas – permitam-me chamar todos e todas assim, porque somos companheiros e companheiras cada um na sua luta, no seu espaço mas na mesma luta... Obviamente, o aspecto da repressão e do combate efetivo na área do ilícito penal está distrito à atuação da Secretaria da Segurança Pública e, com certeza, o nosso secretário da Segurança Pública, Dr. Maurício Teles Barbosa, irá discorrer com a propriedade de sempre sobre o tema.

Então falarei rapidamente, prestando contas, em nossa obrigação de estado, à sociedade sobre o aspecto, colegas, da questão do atendimento e da prevenção e do tratamento, da atenção ao usuário de droga, sobretudo da droga ilícita, incluindo, obviamente, o *crack*.

Então, o nosso aspecto é voltado... porque cabe à Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos a articulação da política pública, através desta Superintendência de Prevenção ao Uso de Droga, de prevenção e atenção ao usuário da droga, cabe à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos a articulação da política pública no Estado da Bahia no que diz respeito a esse usuário. A nossa preocupação, então, é, digamos, com aquele que legalmente é colocado como vítima direta do tráfico ilícito de drogas ou do uso abusivo de drogas lícitas. E ao secretário da Segurança Pública, como mencionei, caberá, com a competência de sempre, discorrer sobre o aspecto repressivo.



Então, em nossa missão, o que é que ocorre? O governador Jaques Wagner, acerca de dois ou três meses, para ser mais exato, cumpriu mais um compromisso da sua gestão e criou, no âmbito da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, uma superintendência específica para tratar da prevenção e do acolhimento aos usuários de drogas e seus familiares.

Essa superintendência, dirigida diretamente hoje pela Dr^a Denise Tourinho, não tem a missão executiva, colegas, mas a missão de coordenar, de propor, de elaborar política pública e monitorar essas políticas para serem implantadas em todo Estado da Bahia. Dentro dessa ótica, tenho aqui a satisfação de anunciar, deputado Sidelvan Nóbrega, eminente presidente desta sessão, que o governo da Bahia está cumprindo mais um compromisso assumido perante a população, desde a primeira gestão do governador Jaques Wagner.

Qual é esse compromisso? No âmbito do programa Pacto pela Vida, é esse o programa de Segurança Pública aliado à Cidadania e Direitos Humanos, lançado pelo governador Jaques Wagner, agora, no início da segunda gestão, no âmbito desse programa coube à Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos coordenar a elaboração de um plano de atuação integrada para todo o Estado da Bahia em relação ao atendimento do usuário de droga e seus dependentes.

E a nossa satisfação é a de anunciar que este plano já está concluído. Este plano foi elaborado, como disse, sob a coordenação da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos mas em parceria com várias outras secretarias, principalmente com as da Educação, da Saúde, da Segurança Pública, de Desenvolvimento Social, do Trabalho, e com a Defensoria Pública, notável instituição do Estado da Bahia que está muito presente também nessa temática. Enfim, com diversos órgãos que, de forma plúrima, colaboraram. E ressalto que cada secretaria deu a sua contribuição para a constituição desse plano.

Inicialmente, ele foi apresentado na câmara técnica aos outros secretários. Em seguida foi validado, esta semana, na apresentação que houve. E agora será submetido ao Sr. Governador do Estado, a quem caberá apresentá-lo, dentro do Programa Pacto pela Vida, à sociedade baiana.



A minha satisfação é porque esse plano vai, justamente, Sr. Deputado Sidelvan Nóbrega e demais companheiros e companheiras, ocupar um vácuo que havia no que concerne a uma política ampla, em nível estadual, de prevenção ao uso das drogas e de atendimento ao usuário. Daí a sua importância.

Obviamente, vai ser implementado em parceria com diversos municípios, inclusive, o de Salvador, que é um parceiro importante. Vai contemplar essa necessidade que havia de uma construção organizada do atendimento ao usuário de drogas. E por que há a necessidade de uma construção organizada?

Ora, quando vemos, hoje, a prevenção e o tratamento dos usuários, observamos que muitas coisas positivas estão sendo feitas, tanto pelo Estado quanto por Salvador e outros municípios, e também diretamente pela sociedade civil, através das comunidades terapêuticas.

Agora, se tanta coisa boa está sendo feita, por que não está sendo eficiente como deveria? Porque falta, justamente, essa atuação em rede, ordenada, coordenada, em sintonia, criando-se procedimentos a tal ponto que, por exemplo, qualquer servidor da Saúde possa saber, em todos os locais deste Estado, o que deve fazer quando chegar a sua presença um usuário de droga; principalmente quando chegar numa situação de crise.

O que deve fazer? Há, sim, um procedimento a ser feito, mas não é do conhecimento de qualquer profissional de saúde, pois precisa haver a capacitação. Esse plano contempla isso. Da mesma forma com a rede de assistência social, pois quem está, por exemplo, no CRAS ou no CREAS precisa saber o que deve fazer em uma situação semelhante; mas muitas vezes não sabe.

E vejam que cito aqui profissionais que atuam na porta, justamente, de acesso à política pública. Estes, às vezes, por falta do conhecimento básico necessário, não podem dar o encaminhamento devido diante de uma situação de crise. Da mesma forma estão as comunidades terapêuticas, por exemplo.

Em relação ao plano, quero dizer que o olhar da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos é o mais positivo em relação às comunidades, e não poderia ser outro. Essas comunidades terapêuticas são, antes tudo, parceiras que precisam ser, sim, apoiadas.



Algumas delas, inclusive, já estão sendo apoiadas diretamente pelo Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social. Mas todas precisam ser apoiadas, principalmente aquelas que têm um trabalho diferenciado.

A Secretaria da Justiça busca viabilizar isso com esse plano, chamando essas comunidades para dar apoio e orientação. Como também fiscalizando, é óbvio, e corrigindo equívocos. Se numa comunidade terapêutica, a despeito de ser bem-intencionado, você está com uma prática totalmente equivocada, essa prática tem de ser coibida, corrigida e, evidentemente, modificada para a prática correta. Esse plano não pode ser simplesmente criticado ou ignorado, pois vai contemplar a parceria com as comunidades terapêuticas e com as diversas instituições.

Para concluir, devo dizer que uma coisa essencial nesse plano é, justamente, a sua praticabilidade. Já temos em nível de Brasil um plano nacional sobre drogas muito bom; já temos, inclusive, uma política nacional sobre drogas, também muito boa. Mas a crítica que se faz, especialmente nos municípios, é que essa política, esse plano, a despeito de muito bom, pouco contempla a realidade das cidades brasileiras, principalmente quando se considera que grande parte de nossos municípios têm menos de 20 mil habitantes. Então é uma realidade muito difícil.

Esse novo plano de ação integrada que acabamos de elaborar tem essa virtude também de ser prático, de contemplar considerando a leitura dos problemas do nosso Estado da Bahia, dos problemas reais, e de buscar fazer com que as instituições já existentes passem a atuar fazendo devidamente as suas funções.

Deputado Sidelvan Nóbrega, quero aqui dizer da satisfação de, enquanto secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, ter duas vertentes. Se, por um lado, estou frente a um desafio imenso, o uso abusivo de drogas lícitas e o uso das ilícitas, por outro estou consciente de que o governo da Bahia, seja através da minha Pasta, seja através das Secretarias da Segurança Pública, de Desenvolvimento Social e de Saúde, enfim, de todos, está buscando fazer o seu papel.

À minha secretaria cabe, por determinação do governador do Estado, a articulação desta política pública em relação ao usuário. Está com esta condição de poder, neste



momento, anunciar a existência desse plano, que, como disse, será agora validado por S.Ex^a, submetido à sua apreciação e corrigido com o que ele determinar, sendo logo após colocado para a sociedade.

Agora, esse plano na prática já está ocorrendo porque, em decorrência de a sua construção ter sido plúrima, ou seja, uma política de governo e mais até de Estado com a participação de diversas secretarias e instituições como a Defensoria Pública Estadual, o que ocorre é que práticas do nosso Estado e de vários servidores estão sendo já corrigidas porque a informação já está sendo delineada.

Imaginem os senhores que para a construção desse plano a nossa equipe técnica, liderada pela colega Denise, teve cerca de 10 reuniões de trabalho com as equipes técnicas das outras secretarias. E 10 presenciais diretas, com várias horas de duração, fora obviamente as reuniões a distância, por internet, no final de semana, etc., discutindo o plano.

Então é essa a situação.

Concluindo quero, mais uma vez, parabenizar a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e o deputado Sidelvan Nóbrega por esta iniciativa, dizendo que os desafios que temos hoje para enfrenar são muito grandes. Por outro lado, nós nos sentimos fortalecidos porque estamos junto de pessoas - tanto no Legislativo quanto no Judiciário, Ministério Público, nas nossas Polícias Militar e Civil, Forças Armadas e, sobretudo, no próprio Poder Executivo - empenhadas justamente com o compromisso de enfrentar esses problemas e de superá-los, colegas!

Nesse aspecto, para sintetizar o nível de relacionamento e integração que a Bahia vive em relação aos diversos órgãos da segurança pública e cidadania, quero retratar aqui uma frase do secretário da Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa, logo que assumi a secretaria. Ele já secretário, pois assumiu um pouco antes de mim, me disse: “Secretário, entenda, os problemas da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos são problemas, no meu entender, da Secretaria da Segurança Pública. E eu, como secretário da Segurança Pública, considero que os problemas da Secretaria da Segurança Pública são problemas da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.” E é essa a ideia que ocorre tanto em relação à SSP quanto a todas as outras secretarias.



O desafio e a determinação do governador Jaques Wagner é que haja esta integração e articulação, porque só tem sentido assim e, óbvio, isso se espalha para diversos outros órgãos, como ocorre com a nossa nobre Defensoria Pública. Quero então fazer a nossa homenagem devida à nossa grande defensora geral, igualmente ao Ministério Público, notável instituição que tem um papel relevante - sou suspeito para falar até porque sou egresso da Casa - às nossas Polícia Militar e Civil, enfim, a todos nós e principalmente à sociedade civil organizada.

Então, quero dizer que a Bahia está cada vez mais pronta para enfrentar os desafios que surgem e estamos conscientes de que, enfrentando esses desafios, estaremos cumprindo verdadeiramente o nosso papel enquanto Estado de prestação dos serviços públicos.

Muito obrigado, estamos à disposição de todos.

(Não foi revisto pelo orador.)



1572-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Geder Gomes

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Queremos registrar as presenças da Dr^a Denise da Rocha Tourinho – superintendente de apoio e defesa aos direitos humanos da Secretaria da Justiça; Sr. José Carlos Trindade – diretor de suporte da Secretaria de Justiça; D. Rosilene Santos Reis – presidente da Associação dos Moradores de Canabrava; D. Marilene Boaventura dos Santos - presidente da Associação Beneficente da Colmeia; Dr. Marcos Prisco – presidente da Associação de Policiais; Sr^a Angélica Brito de Jesus – diretora da Associação Solidária de Salvador; Júlio César de Oliveira Cavalcanti - Vereador de Teixeira de Freitas; Valter Lucas Pereira – Vereador de Cruz das Almas; Max Passos - presidente da Câmara de Vereadores de Cruz das Almas; Sr. Ari Pereira de Oliveira – subsecretário da Segurança Pública do Estado.

Quero convidar também para fazer parte desta Mesa o Sr. Delegado do Departamento de Narcóticos da Polícia Civil - Dr. Márcio Vilas Boas - representando neste ato o delegado-chefe da Polícia Civil Dr. Hélio Jorge Paixão.

Convido o promotor público, representante do Dr. Wellington César Lima, procurador-geral de Justiça, Dr. Geder Luiz Rocha Gomes.

O Sr. GEDER GOMES:- Quero cumprimentar o deputado Sidelvan Nóbrega, e em seu nome saudar os demais componentes dessa honrosa Mesa, os Srs. Secretários de Estado, demais autoridades e todos os presentes em nome do Ministério Público do Estado da Bahia.

Nós recebemos quando chegamos à entrada desta Casa, um pequeno *folder* que traz alguns dados interessantes: 200 milhões de usuários de drogas no mundo e cerca de 100 milhões fazendo uso regularmente de drogas. A UNODC, órgão da ONU que trata dessa questão, tem feito no decorrer da década de 90 e de 2000, diversos seminários por todo o Planeta, sempre na ideia de buscar soluções para essa questão das drogas, um mal já conhecido por todos.



Eu tive a oportunidade de ir nas duas últimas reuniões da América Latina – uma em Valdivia, no Chile, e, há 15 dias, na República Dominicana, - para tratar não só deste tema, mas também e principalmente deste tema.

Queria começar minha fala, dizendo, que estamos numa correção de rumos de caráter internacional com relação ao enfrentamento das drogas. Não ao termo combate, mas, enfrentamento. Já se gastou cifras inimagináveis com esse tema, utilizando uma linha que é direcionada prioritariamente pelos Estados Unidos, que é a linha da guerra contra as drogas. Nessa política de guerra contra as drogas, a utilização de recursos públicos, e até privados, fundamentalmente vem com a repressão. E esse tem sido o tratamento dado.

Contudo, ao final de quase cinco décadas, caminhando para a sexta década, nessa mesma linha de raciocínio, está-se concluindo que essa forma de enfrentamento talvez não seja a mais adequada. Não que ela não seja necessária, em parte, mas talvez não seja a mais adequada com relação aos resultados que toda a população busca. Daí alguns segmentos internacionais, principalmente países europeus e alguns países da América, e o Brasil é um deles, na sua diplomacia junto ao UNODC já caminham numa relação separatista em relação aos Estados Unidos e ao bloco que os Estados Unidos lidera.

Isso ficou evidente nas duas últimas reuniões ocorridas na Áustria, mas especificamente em 97 e agora em 2007, o que significa dizer que esse novo bloco quer tratar a questão não mais simplesmente como uma questão de guerra, mas como uma questão de saúde pública. Aliás, esse é o entendimento que já começa a ser destacado também no Brasil não só pelas autoridades, mas principalmente pela população.

Já se percebe que a droga é muito mais uma questão de saúde pública do que uma questão de polícia. E é exatamente nessa linha que o Ministério Público começa a desenvolver algumas ações concretas, alguns programas, no caso específico do Estado da Bahia, sob a liderança do agora Procurador Geral de Justiça, Dr. Wellington César, para que a gente também tenha, dentro dessa instituição já conhecida de todos, o Ministério Público, uma especialização no tratamento das drogas, na linha da ideia de que muito mais problema de saúde e muito menos problema de polícia.



E digo de polícia mesmo, porque recai, infelizmente, sobre os ombros da própria polícia uma missão ingrata de tentar resolver uma questão que não é de polícia, infelizmente.

Mas temos algumas situações onde ainda é necessário se utilizar, e prioritariamente, a força, principalmente no combate ao tráfico. A legislação já evoluiu, temos uma lei nova de drogas que já diferencia claramente até a questão dos traficantes: pequeno traficante, traficante ocasional, o próprio traficante, como nós costumamos dizer, e diferenciou bastante o usuário, estabelecendo que não há possibilidade de pena de prisão pra quem faz somente o uso.

Evoluímos na legislação. Estamos evoluindo no cenário internacional, mas ainda encontramos um obstáculo muito grande na área de saúde. O secretário Almiro colocou aqui, com muita propriedade, a intenção do governo da Bahia através desse plano estratégico na área de saúde. Pasmem, mas o sistema de saúde como um todo não contempla uma porta de entrada eficaz para o indivíduo que tem dependência química.

Nós não temos no Brasil, não temos na Bahia uma área especial e com resultado concreto para receber um indivíduo que faz o uso da droga. Dentro do sistema prisional há uma situação mais grave ainda: muitos dos que lá estão entram ou porque estão envolvidos diretamente com crimes de drogas ou porque, de qualquer forma, praticam crimes ligados à questão da droga. Entram sem esse tipo de porta de entrada fora do sistema prisional, lá permanecem e quando saem também saem sem nenhum tipo de tratamento. Daí ações não só fora do sistema prisional, mas dentro do sistema prisional, que acabam sendo um alimentador da própria criminalidade, precisam ser feitas.

O Ministério Público da Bahia criou, recentemente, para ser mais exato, a partir do começo do ano passado, algumas ações através do seu planejamento estratégico. E aí uma das prioridades é o enfrentamento da questão da droga, mas a partir desse foco, de problema mais de saúde do que de polícia.

Recentemente foram criados alguns organismos internos, só para prestar contas também: foi criado o Comitê Interinstitucional de Segurança Pública, no âmbito do Ministério Público, que congrega diversas instituições, inclusive as Secretarias de Estado, onde se discute várias questões ligadas à segurança pública e busca-se efetivar alguns



encaminhamentos de solução, e a questão da droga é pontuada também; foi criado um centro de apoio à segurança pública e defesa social, do qual eu sou coordenador, justamente para tentar articular as ações não só dentro do Ministério Público, mas com as demais instituições públicas e privadas, na área da segurança pública, e, principalmente, da defesa social, onde a questão da droga está incluída. E, mais recentemente, foi criado um Centro de Apoio Operacional, especificamente com relação à saúde, e um dos temas de trabalho deste Centro é também a drogadição.

Outra questão importante é a participação do Ministério Público nas Câmaras Setoriais do projeto Pacto pela Vida, dentro dessa linha da *Agenda Bahia*, onde uma das Câmaras, que é a de Articulação dos Poderes, trabalha temas que eu diria transversais, entre os Poderes e as instituições do Estado da Bahia. E também nesta Câmara a questão da drogadição é levantada, discutida e a participação do Ministério Público é contributiva, ou costuma ser, para que a gente encontre, coletivamente, uma solução ou encaminhamentos de solução para um problema que é bastante amplo e complexo, portanto, não é passível de uma única solução ou de uma solução simples. E mais amiúde nós temos também a Câmara Setorial e o Comitê Interinstitucional de Política Criminal e Penitenciária, com foco mais no sistema penitenciário, que também vem trabalhando essa questão.

Então, existem vários fóruns de debates, e não só de debates, mas de criação, de planejamentos, de procedimentos, de planos, para enfrentar a questão no âmbito, eu diria, institucional e interinstitucional. E muitos perguntam: e os resultados? Às vezes é preciso a crise ou o caos para que os resultados venha. A questão da droga, ela já está de tal sorte permeando a nossa sociedade que a nossa sociedade começa a dizer o seguinte: não dá para esperar para amanhã, o resultado tem que ser hoje. E a partir dessa crise ou dessa pressão, que vem do corpo social legitimamente, as instituições estão se organizando, procurando dar uma resposta, que não virá, também, de forma célere, rápida como todos gostariam. Por quê? Por conta de todo um descaso que existe, há muito tempo, no enfrentamento dessa questão, ou por conta de um equívoco no enfrentamento dessa questão, tratando somente essa questão, repito sempre, como uma questão de Polícia.



Portanto, é possível que agora, pensando num planejamento de saúde, pensando numa ação articulada, como é o projeto Pacto pela Vida, como é a *Agenda Bahia*, colocando à Mesa todos para encurtar as distâncias que existem entre as ações do Estado e a própria organização dessas ações, como se disse há pouco, às vezes duas, três instituições do Estado estão fazendo a mesma coisa e não conversam, não se comunicam, e você tem aí um desperdício de dinheiro, um desperdício de tempo e, às vezes, um resultado que não vem por falta dessa junção.

Nesse particular, me parece que o governo do Estado está de parabéns por oportunizar, através da *Agenda Bahia*, do Pacto pela Vida e de outras ações, essa possibilidade, das instituições estarem juntas, conversando, dialogando e construindo soluções para os principais problemas que a sociedade enfrenta.

É bom lembrar, que o Estado não é um velhinho de barba branca sentado em algum lugar, o Estado somos nós, todos nós aqui, cada um com a sua parcela de contribuição, cada um com sua responsabilidade para enfrentar os problemas da população. E é bom lembrar também, sempre, que o Estado só tem uma razão de ser, que é fornecer bens e serviços ao corpo social. Não existe outra razão para o Estado existir, inclusive a organização do Estado tira de nós todos, a liberdade. Nós temos que agir de acordo com as normas estabelecidas, e é exatamente trocando isso por bens e serviços. Isso está lá atrás, quando a gente estuda, ainda no 2º grau, toda a organização do Estado e o pacto social.

Portanto, o Ministério Público, que é um órgão mais articulador de catalisação e, principalmente, de ações para que a sociedade possa, de alguma forma, ser advogada, eu diria assim, junto aos demais Poderes; vem trabalhando nessa linha de direção. Pontualmente, existem inquéritos civis, vários abertos no Estado, e eu posso exemplificar o que tenho na mão, de 2005, aberto contra a Prefeitura Municipal de Salvador, buscando a construção de um programa de assistência a indivíduos que tenham esse grande problema, que é o uso da droga. Não só de assistência, como de atendimento e, principalmente, o inquérito trata desse tipo de ação junto a crianças e adolescentes que, pela própria Constituição, deve receber um tratamento prioritário.



No entanto, apesar de haver um termo de ajustamento de conduta, à época, apesar de termos toda uma construção de dois anos de trabalho, ao final, este planejamento não foi efetivado, o que objetivou ingresso em juízo do Ministério Público com uma ação civil pública, que foi julgada procedente, determinando-se, por ordem judicial, que a prefeitura assim agisse.

Houve um recurso desta decisão, o Tribunal do Estado da Bahia manteve a decisão, determinando que a prefeitura assim o fizesse. Infelizmente, a prefeitura, ao invés, neste caso específico, claro que a prefeitura tem várias outras ações positivas, mas nesse caso específico, ao invés de efetivar aquilo que foi acordado, preferiu utilizar o recurso especial, o recurso extraordinário levando o fato aos tribunais superiores e agora, estamos nesta fase.

É um direito do órgão público, mas me parece que se ficarmos sempre tendo esse tipo de atrito entre instituições, não vamos evoluir e é algo já altamente pacificado, a necessidade de um sistema de saúde que funcione nessa ponta. E, por derradeiro, há uma proposta da Defensoria Pública no comitê de política penitenciária.

Esta proposta já foi levada, inclusive, ao comitê de articulação de poderes e aprovada, já defendida junto a própria Secretaria de Administração Penitenciária, que concordou e a Secretaria de Saúde, que está estudando o assunto, da criação de um programa, de um centro, enfim, de um organismo do Estado dentro do complexo prisional de Mata Escura, que procure com atenção especial, de alguma forma, desenvolver ações ligadas ao controle do uso de substância psicoativa porque, se não tivermos uma atenção especial com essa massa carcerária, não vamos funcionar, de maneira que o sistema possa diminuir ou coibir a utilização das drogas, o vício e isso refletido de forma, eu diria, direta no corpo social.

Muita gente diz assim `Mas, se o sistema do Estado ainda não tem uma forma de tratamento das pessoas que estão soltas, por que vamos privilegiar e fazermos um sistema dentro do Complexo Penitenciário para quem cometeu o crime? Não é por bondade, não. Não é por benevolência, não. É por proteção e até por egoísmo nosso. Se tivermos dentro desse sistema, um tratamento, e muita gente deixar de fazer uso da droga por um tratamento e só essa é a forma, dizer que por força de vontade ou porque foi coibido ou porque



ordenaram que o indivíduo vai deixar o uso da droga, é completa, desculpem a expressão, ignorância sobre o tema.

A droga, a dependência, quando se instala, toma a razão do indivíduo. Como pensar que um policial ou que alguém despreparado vai fazer com que esse indivíduo deixe de usar a droga, se ele costuma afrontar os pais, se ele costuma afrontar a própria mãe, muitas vezes espancando pai e mãe, furtando todas as coisas de dentro de casa, imaginem se ele terá um outro limite fora desse contexto, que é o contexto teoricamente mais sagrado para todos, que é o contexto familiar.

Então, a questão é de saúde, tem que ser tratada por profissionais da área de saúde, com os equipamentos que a própria medicina moderna oferece. Portanto, trabalhar uma ideia de tratamento dentro de um sistema prisional significa preservar quem está aqui fora, porque hoje sabemos, o Secretário Maurício deve falar sobre isso, que muitos dos crimes, boa parte deles que ocorrem aqui fora, ocorrem em função da droga.

Quanto mais a gente trabalhar a minimização do uso da droga, mais chances de diminuirmos os índices de criminalidade. Então, por uma questão de egoísmo e não de benevolência, o funcionamento desse tipo de equipamento vai, na verdade, melhorar o aspecto do convívio social.

Eu queria dizer que vale a pena investir para recuperar um jovem, não importa a idade, do mundo das drogas. Estamos acostumados a trabalhar com a palavra “recuperação”, “modificação”, mas a sociedade moderna trabalha com a palavra “evolução”. Digo mais, se investimos, e investimos muito, para reciclar até lixo, temos a obrigação de fazer algo mais pelos seres humanos.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1573-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Maurício Telles

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Muito obrigado, Sr. Geder Luiz Rocha Gomes. Gostaria de destacar a presença de algumas associações e lideranças que estão aqui presentes: Projeto Social LCV, Associação Solidária de Salvador, a CATA – Obras Sociais Irmã Dulce, a Asa Mil, a APPM, de Itabuna, a Fundação Pingo de Ouro, PRB Jovem, a Instituição Jesus Liberta, a ICDAI, instituição não governamental, e a presença também do nosso amigo Luiz. Quero ressaltar também a presença da Força Jovem da Igreja Universal do Reino de Deus e de todos aqui que por acaso não tenham sido citados ou lembrados.

Convido o Sr. Secretário de Segurança do Estado da Bahia, doutor Maurício Telles, para falar sobre o tema.

O Sr. MAURÍCIO TELLES:- Boa-tarde a todos. Nobre deputado Sidelvan Nóbrega, em nome de quem abraço e cumprimento as demais autoridades presentes, autoridades, pessoas do povo que vieram para abrilhantar e também se instruir acerca de todas as iniciativas que estão sendo adotadas no que se refere não só ao enfrentamento às drogas, mas também à sua prevenção, ouvi atentamente as palavras do doutor Jéder e do nobre secretário Almiro Sena, nosso companheiro de secretaria. É interessante saber que, em cada uma das apresentações, colocamos um aspecto, um pensamento e uma filosofia com relação a um tema tão sensível como o das drogas.

Desde as origens de toda a humanidade, o ser humano vem buscando uma saída para os inúmeros problemas enfrentados no dia a dia. Desde a época dos índios e do início da civilização, lemos e ouvimos as histórias da utilização de substâncias entorpecentes pelos nossos ancestrais. Isso é um tema tão antigo e tão aberto ainda que, em pleno ano de 2011, estamos aqui discutindo algo que, com o passar dos anos, vem se agravando cada vez mais. Concordo com todos os manifestos colocados e concordo também que a situação da droga é um problema de saúde pública sim. Vou mais: para mim, as drogas é um problema de esclarecimento e informação.



Infelizmente, só estávamos acostumados a tratar das drogas com o poder da polícia, com a prisão, com a repressão e com a marginalização do usuário e daqueles que faziam cotidianamente o uso de substâncias entorpecentes. Não digo que dentro dessa cadeia há o fomento ao tráfico a partir do uso de substâncias entorpecentes.

Pessoalmente acho que a nova lei de combate ao uso de drogas deixa uma lacuna que a sociedade tem que resolver. Se ao mesmo tempo descriminaliza, entre aspas, a questão do usuário, ao mesmo tempo ela prevê punições mais rigorosas ao traficante. E temos por obrigação lógica saber que só existe traficante porque há o consumo das drogas. E como vamos enfrentar isso? A sociedade tem que escolher através da vontade expressa na cabeça dos nossos legisladores.

Vamos encarar a questão do tráfico como uma questão de saúde sem colocarmos a repressão e continuar cobrando da repressão uma solução para o enfrentamento? ou vamos trabalhar na ponta do esclarecimento, da prevenção e do tratamento das pessoas que por uma questão de vontade própria ou falta de esclarecimento resolvam utilizar substâncias entorpecentes? Acredito, pessoalmente, que a segunda hipótese seria mais plausível dentro de toda evolução legal que estamos acompanhando. Mas, ao mesmo tempo, em que o uso, entre aspas, passa a ser considerado um fato de menor gravidade social, temos a questão da repressão como tema principal.

Falo porque sou, hoje, secretário da Segurança Pública e tenho por obrigação comandar 3 instituições: a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Departamento de Polícia Técnica que passam, praticamente, 80% do seu tempo tomadas por investigações de crimes que se referem direta ou indiretamente a substâncias entorpecentes.

Quem é policial sabe que a maioria dos crimes, tirando os crimes patrimoniais, todos estão inseridos numa sistemática e num contexto que envolve o tráfico de drogas, principalmente a camada da população que é mais vulnerável que são os jovens de 15 a 25 anos que estão sendo mortos, exterminados, por força também do mercado tão nocivo como é o mercado das drogas.

Então é importante somar a visão da prevenção à visão do tratamento, mas podemos deixar uma classe e uma população desassistidas das atenções médicas se voltar



para um gasto tão considerável no tratamento das substâncias entorpecentes. Acredito que seja, sim, obrigação do estado, mas temos que pensar se adotarmos a política da liberalização das drogas o custo que isso irá representar para o nosso corpo de saúde, não só da União, dos Estados e municípios, como também dos pais de família que não terão mais como impedir que seus filhos, sejam eles crianças ou adolescentes, não façam usam das drogas por ser uma coisa já liberada.

Com relação ao enfrentamento das drogas, eu tenho dado como referencial às nossas forças um tratamento muito rigoroso. Até que essa questão seja decidida pela população, seja decidida pela sociedade, a Polícia vai continuar com o trabalho de enfrentamento, de repressão ao narcotráfico.

Temos, sim, o combate ao narcotráfico como uma das principais causas para diminuição dos nossos índices de homicídio. A partir do momento em que o nosso governador lançou o Pacto pela Vida, e é importante frisar que o pacto já saiu do papel, seja com ações da Polícia, como as ações da Secretaria da Justiça que nos apresentou esta semana quase formatado um plano de prevenção, aqui eu gostaria de parabenizar toda a Secretaria da Justiça, a Dr^a Denise, pela esforço que tem sido feito com relação ao tratamento e a cadeia de proteção àquelas pessoas que querem se livrar do uso das drogas. Mas temos cobrado dos nossos policiais militares, daqueles que estão na divisa dos nossos Estados, daqueles que fazem o trabalho de repressão das drogas, seja no Polígono da Maconha, como também nas nossas estradas, que partem para um trabalho com inteligência para focarmos os mecanismos de entrada de drogas em nosso Estado. Fomos, essa semana, surpreendidos com uma reportagem que saiu num jornal de grande circulação em nossa capital, com o aumento de quase 80% de prisão do número de traficantes. Isso é o reflexo também do trabalho da polícia e o reflexo do aumento de substâncias entorpecentes que hoje estão aí à mercê dos nossos jovens e da nossa sociedade.

Em cima desse trabalho de repressão que eu tenho cobrado, nós temos ações positivas já sendo realizadas. No que se refere à questão dos homicídios, inauguramos um departamento que faz desde a análise de um local do crime com todo o profissionalismo, um



trabalho de investigação e com prazo de conclusão de suas investigações. E quase em sua maioria redundam na questão da droga por trás do cometimento desses homicídios.

E dentro das políticas do pacto pela vida, no que se refere às políticas de segurança, nós temos as nossas bases comunitárias que têm um viés preventivo. Como o nosso comandante-geral, tive a oportunidade de dizer sobre o trabalho que a Polícia Militar vem fazendo nas bases comunitárias. Quem quiser ver, vá ao Calabar e no próximo mês, no Nordeste de Amaralina. Vamos tirar o território do traficante, vamos fazer com que os nossos jovens sejam contemplados com ações sociais, porque depois das pesquisas que estamos fazendo dentro dessas comunidades, observamos que quase 60% das pessoas que habitam esses locais são desempregados, principalmente os nossos jovens. Quase 40% das pessoas são analfabetas e semianalfabetas. Como pensar que essa classe não vai ser um dia arregimentada pelo tráfico? Como pensar que essa classe de jovens que não tem esperança não seja vítima do tráfico?

Temos que pensar de forma conjunta e através das bases comunitárias e do pacto pela vida, nós estamos conseguindo, através da estipulação das ações com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário e com o Ministério Público, nós estamos encontrando caminhos conjuntos. Não basta só aumentar a repressão se nós não temos um sistema de saúde que contemple aquelas pessoas que queiram se livrar do vício das drogas. Não podemos excluir, como já foi falado pelo Dr. Geder, o nosso sistema prisional, não podemos pensar nas nossas leis se não atenderem também as nossas demandas sociais.

Dessa forma, o pacto pela vida tem conseguido de uma forma conjunta encontrar todas essas saídas para um problema tão sério, como o problema de enfrentamento às drogas. E falo também que as nossas polícias têm um trabalho não só de enfrentamento e de repressão, nós temos o Proerd que é um programa feito pela Polícia Militar que leva às escolas os esclarecimentos aos nossos jovens, o contato com as drogas, de conhecer o que cada droga representa, as suas consequências e seus efeitos, e saber esclarecer exatamente o caminho que os traficantes encontram ao enveredar no mundo do crime.

Em cima desse dado que nós passamos de desemprego e de falta de oportunidade aos nossos jovens, nós precisamos fomentar campanhas educativas que visam esclarecer para



os nossos jovens, principalmente, que a droga não compensa, que a droga tem, sim, seus malefícios, que não podemos achar que só o Estado tem a função de esclarecimento e elucidação desse tipo de dúvida. A família tem seu papel importante, as igrejas e as religiões também têm seus papéis de extrema relevância, o esporte também tem o seu papel de tirar os jovens desse caminho.

Digo isso, porque senão vamos passar 10, 15, 20 anos cobrando somente da polícia ações que visam tirar os nossos jovens desse caminho. E na sua maioria, como Dr. Geder falou, jovens que são levados ao cárcere e lá, infelizmente, não possui nenhum tratamento, não possui um treinamento para terem uma profissão fora do mundo do cárcere e voltam a delinquir, até serem mortos pelo crime ou no enfrentamento com a polícia. Se nós estamos querendo efetivamente pensar num futuro melhor para os nossos jovens, nós temos que pensar dessa forma, nobre deputado, conjunta, cada um com sua visão com relação às drogas, seja pelo lado repressivo, pelo lado policial, pelo lado do tratamento da prevenção, pela melhoria das nossas leis, pela melhoria do sistema penitenciário para fazer com que novos jovens, e novas famílias não sejam vítimas de um problema tão sério.

Quero dizer que, não só partindo pelo lado social e filosófico das drogas, a polícia continuará prendendo grandes traficantes, como tem sido feito. Já desbaratamos todas as grandes facções de drogas em nosso Estado. É importante dizer que a Bahia é hoje o referencial em inteligência de todas as nossas polícias no enfrentamento ao narcotráfico.

Hoje precisamos avançar no combate ao tráfico pulverizado, o tráfico nos nossos bairros, que alimenta o consumo e a venda de *crack*, principalmente, que tem levado a disputas sangrentas por espaço e pela cobrança de dívidas de drogas. Esse é o nosso maior desafio e a nossa maior cobrança em cima daqueles profissionais da polícia que trabalham com inteligência, que trabalham com a repressão. Está aqui o nosso nobre delegado, que trabalha no departamento de narcóticos. Nossa preocupação se refere não só aos grandes criminosos, mas também aos pequenos, aqueles que atormentam as nossas ruas e bairros e, para isso, já estamos dando a resposta.

Tivemos 16% de diminuição nos nossos índices de homicídios. Pode-se dizer que estamos satisfeitos? Não, estamos no início de uma longa caminhada. Temos inúmeros



percalços que acontecem diariamente. Estão todos aí para se ver nos inúmeros programas de televisão que repetem, de forma demasiada, os problemas de segurança pública da nossa cidade, problemas que são levados à polícia, que tem dado a sua resposta na medida de todos os nossos esforços. Estamos voltando a prender criminosos que havia menos de um ano e de seis meses já estavam encarcerados.

Então, temos de ampliar os nossos horizontes, os nossos esclarecimentos, para também saber cobrar daquelas instituições e saber exigir dos nossos governantes em todas as suas áreas melhorias para o nosso povo, porque é isso que esperamos.

Quero dizer que a Secretaria da Segurança Pública, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Departamento de Polícia Técnica e todo o governo do Estado têm a sua responsabilidade e estão cumprindo o seu papel. Temos uma longa caminhada, não só de preparação de toda uma cadeia preventiva, mas também temos uma longa caminhada de enfrentamento e de melhoria das ações de segurança pública, que essa é a nossa missão, caminhar lado a lado com as outras instituições nesse cenário.

Quero também agradecer aos nossos deputados que estão aqui abrilhantando esse evento e dizer que me sinto lisonjeado com toda a nossa equipe por estar presente a uma solenidade e a uma palestra de tão elevada contribuição à nossa sociedade.

Muito obrigado a todos.

Estamos na Secretaria da Segurança Pública aptos a receber e esclarecer todas as dúvidas em relação ao nosso programa de segurança. Fico muito contente ao ver os nossos jovens usando camisas e fazendo uma manifestação de apoio ao mundo sem drogas, ao esclarecimento de uma camada que precisa de tanta proteção do Estado e da família como um todo e de todos nós. Parabéns, continuem lutando, sabemos que é um caminho difícil, mas contribuam com o seu papel dentro dessa sociedade, porque é disso que precisamos, que cada um faça a sua parte.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**1574-I****Ses. Esp. 25/08/11****Or. Mariana Miranda****Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Muito obrigado, secretário Maurício. Quero também registrar a presença do Dr. Valdir Santos, defensor público federal, que, daqui a pouco, fará uso da palavra. Vamos abrir para todos, mas gostaria de, só para ressaltar, Dr. Maurício, esse pessoal que usa essa camisa, é que teremos um evento no dia 3 de setembro no Estádio de Pítuaçu, onde faremos um futebol contra o *crack*. Já mandamos ofício para a Polícia Militar, para a secretaria, enfim, todos já estão convidados. Iremos arrecadar alimentos para serem doados à instituição, que tem um trabalho com todos os jovens que tentam sair e, certamente, sairão das drogas.

Também, gostaria de registrar a presença da amiga deputada Cláudia Oliveira, obrigado pela sua presença. Vamos ouvir mais um membro da Mesa e, em seguida, vamos abrir para as pessoas fazerem os seus questionamentos, colocar as suas reivindicações e fazer as suas perguntas. Gostaria de ouvir também a coordenadora de Direitos Humanos, Dr^a Mariana Miranda, representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia, que está representando a Dr^a Maria Célia Padilha.

Com a palavra a Dr. Mariana Miranda.

A Sr^a MARIANA MIRANDA:- Boa-tarde a todos.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do deputado Sidelvan Nóbrega, e a todos os presentes também.

Primeiramente, eu quero falar de uma experiência muito boa que aconteceu na Defensoria Pública. A Defensoria Pública firmou um convênio de cooperação com o CETAD - Centro de Estudos e Terapia de Abuso de Drogas, da UFBA. Temos aqui a psicóloga Patrícia Flach, que participou do curso como professora e coordenadora pedagógica. Com esse curso, houve uma capacitação dos defensores públicos sobre o uso e abuso de substâncias psicoativas.

Por que a pessoa usa drogas? Por que a pessoa abusa do *crack*?



Para combater o tráfico é essencial combater o uso, porque se não houvesse o uso, não haveria o tráfico e, por consequência, não haveria violência.

Então, não haverá um resultado positivo nessa política de combate ao tráfico se não houver um combate ao uso. E, para combater o uso, o abuso do *crack*, precisamos entender por que a pessoa faz esse uso.

Diante disso, acho que a primeira medida a ser adotada pela Secretaria da Segurança Pública, pelo Ministério Público e pela Secretaria de Justiça seria uma capacitação, por intermédio do CETAD, sobre o uso de substâncias psicoativas. Proponho isso também à Polícia Militar, porque, através dessa capacitação, do entendimento sobre o que leva o indivíduo a fazer uso da substância haverá maior sucesso nessa empreitada.

Na Defensoria Pública, dentro do núcleo dos Direitos Humanos temos o núcleo de Saúde Pública, como há no Ministério Público, e lidamos, no dia a dia, com pessoas que fazem abuso de drogas e necessitam de atendimento, de tratamento de saúde pública.

A rede de saúde pública não tem estrutura, como já foi dito, para dar o tratamento adequado a essas pessoas. Os CAPS precisam de ajuda. Eles não têm a estrutura adequada, hoje, para fazer o tratamento ambulatorial dessas pessoas e, por conseguinte, não conseguem atender toda a demanda e não conseguem atender de forma adequada.

Repito, desculpem-me se estou sendo redundante, para que haja um combate efetivo ao *crack* é preciso que os CAPS sejam melhor estruturados. Isso é algo fundamental.

Existem casos em que há necessidade de internamento. Chegou à Defensoria Pública na semana passada uma senhora com o filho, que é usuário de *crack*. Normalmente ele ficava acorrentado dentro de casa, porque quando está em crise espanca a avó. Ela disse que o filho precisava ser internado compulsoriamente, seja lá como fosse. Mas ele precisava e queria ser internado. Estava na minha frente dizendo que queria ser internado, só que não tinha dinheiro para pagar um local onde possa ser internado, acolhido. E não há qualquer relatório médico do CAPS prescrevendo a internação, porque o médico que o está acompanhando entende que não é caso de internação. Ele quer e precisa ser internado.

Nós, da Defensoria Pública, não conseguimos encontrar solução para esse caso. Estamos procurando, mas não há relatório médico que prescreva a internação. Ele quer ser



internado e não temos saída, não temos alternativa para ele. E ele continua espancando a avó e acorrentado também.

Quero, também, trazer à baila a situação dos moradores de rua. Não me entendam mal. Nem todo morador de rua é drogado; nem todo morador de rua é usuário de *crack*. Falo porque a Defensoria Pública está fazendo um atendimento direto, efetivo, eficaz todos os dias com a população em situação de rua. Nem todos são, mas há moradores de rua que são usuários de *crack*.

Novamente, para combater o tráfico, para combater o *crack*, é preciso combater o uso. Como faremos com essas pessoas que são usuárias? Infelizmente, algumas delas são usadas por traficantes. Então, como faremos isso? Existe o CAPS, que faz o tratamento ambulatorial. Vamos encaminhar essas pessoas para participarem desse tratamento ambulatorial lá. Mas à noite elas voltam às ruas. E está nas ruas é uma situação absurda, de indignidade, de flagelo completo, de desumanidade. Para sobreviver nelas é necessário se alienar da realidade. Como essa alienação é feita? Através do uso do álcool e do crack.

O crack é, muitas vezes, a única alimentação que aquela pessoa tem o dia todo. E ela o usa tanto para se alimentar quanto para esquecer que está faminto, para esquecer daquela realidade.

Então é inerente o uso do crack para determinadas pessoas que estão no flagelo da rua. O que fazer com essas pessoas que saem do tratamento ambulatorial e volta para as ruas após o tratamento?

Os nossos albergues não estão preparados para acolhê-las, fazendo com que continuem o tratamento ou alguma forma inibindo o uso da droga à noite. Não há aqui em Salvador e nos demais municípios da Bahia nenhuma forma de tratamento do usuário de crack morador de rua. Enquanto não existir isso, essa droga vai continuar existindo, o abuso vai continuar existindo, o tráfico vai continuar existindo.

Nesse mesmo sentido, uma saída, repito, são os cursos de capacitação. E o CETAD tem maravilhosos profissionais para oferecer essa capacitação.

Ainda em relação à população moradora de rua, devo dizer que há de ser criado, o mais rapidamente possível, um comitê intersetorial para cuidar dos moradores de rua. Esse



comitê deverá contar com as Secretarias Estaduais da Segurança Pública, da Justiça e da Saúde, com a CETAD, com o Ministério Público, com a Secretaria Municipal de Saúde, para que juntos possamos encontrar soluções alternativas para essas pessoas. E assim também estaremos combatendo diretamente o crack.

Era isso o que eu tinha a falar. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



1575-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Capitão Tadeu

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, doutora. Surge mais um item neste debate a ser acrescentado: o que são os moradores de rua e como precisamos enfrentar isso no nosso Estado.

Quero também registrar a presença do nobre deputado Mário Negromonte Júnior.

Vou franquear a palavra ao nobre colega Capitão Tadeu, que precisa falar logo porque tem outro compromisso. Depois o deputado José de Arimatéia.

O nobre defensor público presente também falará sobre o tema.

Com a palavra o deputado Capitão Tadeu.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente Sidelvan Nóbrega, ao parabenizá-lo por esta iniciativa, quero dizer que é um imenso prazer tê-lo como colega nesta Assembleia, como também tive grande satisfação quando fomos colegas na Câmara de Vereadores de Salvador. Na sua pessoa cumprimento todas as autoridades presentes. Fico feliz por estar aqui prestigiando este brilhante evento.

Tenho sido, ao longo dos anos, um crítico do poder público, de modo geral. Vejo que ele não tem feito as suas obrigações para com a população. De tanto participar de eventos, estudos, observamos que no serviço público a regra geral é a de que as autoridades que representam cada setor sejam dedicadas, responsáveis, tenham preocupação com sua Pasta. Mas os problemas continuam crescendo sempre, e o poder público não dá conta dessa demanda.

O que passamos a observar? Observamos que falta sinergia no poder público para que cada setor, cada órgão crie uma simbiose para potencializar o trabalho de cada um.

Por exemplo, há um debate aqui sobre este tema. Notamos o quê? Não sou especialista nessa área de drogas... Aliás, não conheço nem o sabor do cigarro, porque detesto drogas; até mesmo de bebida alcoólica, que é tida como uma droga legal, eu não gosto. Ou seja, não sou especialista nem pelo uso das drogas legais, quanto mais das ilegais;



não sou especialista como psicólogo, como estudioso do assunto, mas alguma coisa eu observo.

A área de esporte, que conheço pois sempre fui atleta, sou professor de educação física, vejo a área de esporte como o melhor caminho para prevenirmos, doutora, o uso da droga, e não vemos aqui no debate a presença dos setores ligados ao esporte.

Quando criança, tive a oportunidade, dentro da Polícia Militar, que me acolheu como criança aos 10 anos de idade - por isso o meu grande amor à Polícia Militar – no Clube dos Oficiais, para a prática de esportes. Eu só me preocupava em treinar, me concentrar, não fumar e não beber pois eu queria participar da seleção baiana para disputar campeonatos brasileiros.

Na minha cabeça não havia espaço para pensar em álcool, para pensar em festa, para pensar em droga, para pensar em anabolizante para ter um desempenho maior. Essa minha experiência de não ter tido tempo na minha infância e adolescência de pensar em drogas – nem cigarros – porque eu queria ser um grande atleta, cheguei a ser um campeão brasileiro, meu esporte era o basquete e o futebol, se deu por conta da dedicação ao esporte. O que vemos hoje em dia é uma dissociação entre as diversas secretarias que trabalham para combater essa questão.

O Estado, o poder público no Brasil, de modo geral, e não é crítica minha a um gestor em si, mas é o poder público no Brasil que não faz essa sinergia para potencializar resultados. O esporte é fundamental na prevenção do uso da droga, se colocarmos nossas crianças para praticarem esporte, com certeza ela será desviada do caminho do uso das drogas. Mas não observamos a preocupação do setor de esporte da prefeitura, do Estado ou do governo federal em trabalhar junto com a Secretaria de Educação, junto com a Secretaria de Saúde, junto com a Secretaria de Segurança Pública etc, para criar essa união de esforços conjuntos para isso.

Estaremos aqui, no dia 02 de setembro, numa audiência pública com a área esportiva, com o Conselho Regional de Educação Física, para discutirmos de que forma o esporte e a educação física podem contribuir para a prevenção da violência.



Fica, então, essa sugestão para pensarmos no esporte como fator de prevenção da violência. Essa é a mensagem que eu gostaria de colocar. Sinto aqui a ausência da área do esporte, tanto do Estado, quanto da prefeitura e do governo federal.

Parabéns a todos que aqui estão para discutir esse tema tão importante. Essa iniciativa, Secretário, Comandante Geral, do pacto pela vida, quando se criou essas câmaras setoriais, talvez seja o caminho para criar essa simbiose com todos esses órgãos para combatermos isso. Talvez as minhas críticas ao poder público sejam reduzidas a partir do pacto pela vida.

Parabéns ao Comandante Geral e ao Secretário. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, nobre colega Capitão Tadeu.
(Não foi revisto pelo orador.)



1576-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. José de Arimatéia

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Quero franquear a palavra ao deputado José de Arimatéia; depois daremos um enfoque para a saúde, quando chamaremos o coordenador adjunto da CETAD - Centro de Estudos e Terapias do Abuso de Drogas, Sr. Jorge Gusmão.

Deputado com a palavra.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Imprensa aqui presente, autoridades civis, quero saudar a Mesa na pessoa do deputado Sidelvan Nóbrega e parabeniza-lo por esta iniciativa de trazer essa discussão.

Serei breve em minha fala.

Senhoras e senhores, a questão da droga sabemos que já existe, como já foi falado aqui pelo próprio Secretário de Justiça, Secretário de Segurança Pública, já existe a intervenção do governo em combater. Já existem também as igrejas evangélicas que fazem o trabalho de conscientização, de tratamento. Já existe tudo isso, mas a nossa preocupação é - como o secretário de segurança falou aqui - que existe o traficante. Por que existe o traficante? Porque existe o consumo. E por que existe o consumo? Porque existe o fornecedor. Se não combatermos o fornecedor, continuaremos como se fosse uma cacimba de areia, você tira a água da cacimba – acho que alguns devem conhecer a cacimba – e a água acumula novamente. Se não houver uma intervenção do governo federal, das forças armadas...Todos os segmentos tem de ser envolvidos para podermos arrancar, porque existem os fornecedores!

O Brasil não é o culpado dessa praga, são os outros países que já se infiltraram no nosso País. O nosso País é capitalista. O cigarro é uma droga, mas o governo perdeu a força para combater a fábrica do cigarro. Por que? Porque o cigarro dá lucro ao governo. A bebida alcoólica também é uma praga, mata as pessoas, mas o governo não tem força para fechar as



distribuidoras. Por que? Porque dá lucro ao País. Do mesmo jeito é a droga! A droga dá lucro ao País! Lamentavelmente nós temos que falar, mas dá lucro ao País!

São esses fornecedores que estão aí camuflados, espalhados, infiltrados no nosso País é que estão acabando com a sociedade. Quando ouvimos um ex-presidente da República ser favorável à liberação da maconha, está comprovado tudo isso que eu estou falando, aqui, Sr. Presidente.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado José de Arimatéia, pelas suas considerações.

(Não foi revisto pelo orador.)

**1577-I****Ses. Esp. 25/08/11****Or. Jorge Gusmão****Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Quero convidar o nobre colega defensor público, que daqui a pouco falará. Sei que V.Ex^a tem algo importante a nos dizer sobre esse tema. Por enquanto estamos falando apenas de repreensão, de combate das polícias, mas falaremos mais profundamente o que é o *crack* e o que essa droga, realmente, causa na vida das pessoas.

Com a palavra o Sr. Jorge Gusmão, coordenador adjunto do CETAD – Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas.

O Sr. JORGE GUSMÃO:- Boa-tarde, nobre deputado Sidelvan Nóbrega, parabenizo o senhor por esta sessão especial, e em seu nome saúdo os demais presentes na Mesa, como também saúdo todos os presentes nesta sessão. Procurarei ser o mais breve possível em razão do adiantado da hora, mas até o presente momento só tínhamos escutado, aqui, uma visão, e eu fiz questão de trazer a contribuição para saúde, ou seja, de como nós compreendemos este fenômeno e de que maneira podemos contribuir para eu não diria o combate, mas para o manejo deste grave problema, que é a dependência química.

Estava comentando com a Patrícia Flach sobre a pertinência da escolha dos verbos debater, conhecer e avaliar. Até porque, conhecemos muito sobre o álcool, sobre o tabaco, sobre a maconha, já conhecemos um pouco mais sobre a cocaína, mas em relação ao crack conhecemos ainda muito pouco. Nós temos apenas 20 anos aqui no Brasil desde a chegada do crack, que foi no final da década de 90 e, nesses 20 anos, penso que nos preparamos muito pouco, principalmente no que diz respeito à construção de serviços de saúde que atendam efetivamente essa demanda.

Ouso discordar um pouco do que foi falado aqui, de que no campo da droga, e particularmente o crack, só existe o tráfico e o traficante porque existe um usuário. A história da humanidade mostra exatamente o contrário. Quando a gente tem um olhar mais cuidadoso sobre a história do consumo de drogas, vamos observar que, pelos dados arqueológicos, bem



recentemente alguns estudos mostraram que os sumérios há 5 mil anos já consumiam a papoula, o ópio, e tinham no ópio uma função social extremamente importante.

Então, responsabilizar o usuário de drogas por todas essas mazelas, incorremos num risco muito grande, que é demonizar a pessoa que faz uso de uma droga. Se a gente tem que demonizar quem usa crack, então vamos ter que demonizar quem usa álcool e cigarro. O que eu gostaria de salientar é que, embora o uso de drogas esteja registrado durante todo o percurso do homem neste planeta, a figura do traficante só surgiu no século XX com a proibição.

Quando não existia proibição de drogas, quando não existia uma convenção única da ONU, que colocou cocaína, heroína e maconha como drogas proibidas, como entorpecentes que seriam proibidos, até então não existia a figura do traficante. Este surge com uma política americana baseada numa ideologia puritana de limpar a humanidade, foi quando se proibiu o uso de álcool. E foi a proibição do álcool, a lei seca, que criou toda uma organização criminosa para vender álcool à população.

No momento em que os americanos percebem que cometeram uma grande bobagem eles revogam essa lei seca, mas deixam um crime organizado que já não vai mais se ocupar do álcool, porque se tornou lícito, mas passa a se ocupar da cocaína e de outras drogas ilícitas. Então, acho que a gente precisa ter cuidado, senão a gente responsabiliza exatamente aquelas pessoas que, por dificuldades pessoais e muitas vezes sociais, no encontro com uma substância psicoativa desenvolvem uma forma de adoecimento.

É isso que eu gostaria de chamar atenção, porque, só para concluir e dar uma ênfase, a dependência química ocorre porque a droga vai ocupar naquela existência uma função extremamente importante que, para nós que estamos de fora pode parecer um absurdo, mas para quem a usa é de uma extrema importância, de um extremo valor.

Por isso que a gente precisa fazer uma frente parlamentar, e aí vale a pena, Srs. Deputados não só para o apoio de comunidades terapêuticas, que funcionem bem, segundo uma regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, mas também para motivar e fomentar aos governos municipais e ao governo estadual a instalação efetiva do programa



nacional de atenção aos usuários de álcool e outras drogas, e não só a esses, mas também aos portadores de doenças mentais, de modo geral.

Temos já quase 10 anos de instalação desse programa, quando a portaria foi baixada e não observamos esse programa acontecer. Então acho que esta Casa poderia contribuir imensamente se fizesse uma gestão, não só junto ao governo estadual que, neste momento, toma a dianteira e faz um plano.

Eu estou no Estado praticamente há 17 anos, e pela primeira vez vejo o governo da Bahia tentar congregar forças para a resolução deste tipo de problema. Espero que nós tenhamos êxito nessa empreitada. Nós poderíamos fazer isso, também, para todo nosso Estado, fazendo uma articulação com a União dos Municípios da Bahia para que os prefeitos se sensibilizassem, porque é na oferta de saúde, educação e esportes, como o Capitão Tadeu falou, ou seja, é na melhoria das condições sociais da nossa população que iremos fazer uma excelente prevenção. Eu vejo esse fenômeno do *crack* independentemente da força que ele tem.

Como médico, tenho de falar com muita responsabilidade que essa é uma droga diferente e potente. Ninguém deve brincar com o *crack*. Agora, o *crack* ser o fenômeno social que está sendo só é possível porque encontra uma brecha no tecido social, uma sociedade extremamente desigual, excluída.

Chamou muito a minha atenção a fala do Dr. Geder Rocha quando ele falou assim: “Se nós desenvolvemos tecnologia para reciclar lixo, porque não podemos fazer um esforço para reciclar os humanos?” Pensei que ele fosse falar o lixo humano.

Na verdade, o *crack* só tem esta força porque está abatendo e cumprindo uma função miserável numa sociedade extremamente excluída. É essa parcela da população que está sendo atingida. Eu também trabalho, em meu consultório privado, com pessoas de alto poder aquisitivo, e nesse caso o tratamento de um dependente químico, inclusive, o tratamento de um dependente de *crack* é completamente diferente. Essas pessoas têm uma evolução diferente, porque têm acesso ao sistema de saúde, à educação.

Quero salientar que o *crack*, na verdade, esse grande fenômeno social, deve ser tratado de uma outra forma, combatendo a miséria da nossa população. (Palmas)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Muito obrigado, Dr. Jorge Gusmão.
(Não foi revisto pelo orador.)



1578-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Mário Negromonte Júnior

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Gostaria de franquear a palavra ao deputado Mário Negromonte Júnior por um tempo breve; depois, o comandante da Polícia Militar; em seguida, o nobre defensor público e advogado-geral da União, Waldir Santos.

Com a palavra o deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Agradeço, Sr. Presidente, pois muito bem preside esta sessão. Quero parabenizá-lo pela proposição desta sessão para debatermos algo que tem assolado a nossa sociedade. Gostaria de cumprimentar o secretário da Segurança Pública, Maurício Teles; o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Alfredo Braga; o meu amigo, o vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Cruz das Almas, Max Passos, e demais autoridades.

Deputado Sidelvan Nóbrega, esse é um tema de extrema relevância para o desenvolvimento do nosso País e da Bahia. Por sinal, tal problema tem, até, afetado o nosso desenvolvimento.

Talvez seja eu o deputado mais jovem desta Casa, ou o deputado Adolfo Viana. Eu saí do convívio social porque a nossa rotina é muito difícil. Mas, há alguns anos, podia sair com amigos, frequentar ambientes nos quais encontrávamos jovens fazendo uso de substâncias ilegais, o que eu via com muita tristeza. Muitos deles de classe média, de classe alta.

Então, o *crack* virou tema em todos os grandes debates nesta Casa, em diversas outras Casas, em diversos ambientes, porque, em minha opinião, chega com muita força nas classes média e alta.

Quando chegou à classe mais baixa, as pessoas apenas viam com preocupação, mas, no meu entender, somente quando começou a atingir sua casa, a casa do seu irmão, do seu parente, é que as pessoas têm buscado fazer algo. Particularmente, não tenho qualquer caso desses na minha família, mas pude ver amigos vivendo situações difíceis, inclusive com



o *crack*, e senti como essa droga muda o convívio familiar das pessoas que fazem uso dela.

Tenho certeza que o secretário tem feito uma boa ação para combater o *crack* em nosso Estado. O governador tem falado sempre da importância de admitirmos que é um problema de saúde pública, disso não podemos fugir. Mas acredito que é um problema de todos nós, não é só um problema das famílias que vivem essa situação, essa dificuldade. Mas é um problema de todos nós, não só nós, deputados, homens públicos, mas de cada um de nós que vê a situação que está em nosso convívio social e tenta dar uma palavra de conforto, de incentivo para que a pessoa que está vivendo esse momento possa sair dele.

Acho que o que falta é, caros amigos, Sidelvan, valorizarmos cada vez mais as coisas importantes em nossa vida. Sempre digo isso, o governador sempre comenta isso nos momentos que tem para falar com a sociedade baiana: falta preservarmos, resgatarmos os valores, os princípios éticos e morais, o valor da família, da solidariedade, do pai, da mãe, aquele convívio social que pode parecer um pouco conservador, ainda mais para um jovem como eu, mas essa é a grande verdade.

O jovem tem buscado cada vez mais sair de casa na fase da juventude – passei por isso há poucos anos –, na fase de viver com os amigos. E se os amigos não forem boa influência, corre-se o risco de cair num problema desses.

Acredito que vamos ter muitos debates nesta Casa para nos aprofundarmos no assunto. Acredito que investir em educação, investir cada vez mais em esporte, como o nobre colega deputado Capitão Tadeu disse, é de suma importância.

Para finalizar, deputado Sidelvan, vejo com muita preocupação quando alguns políticos, inclusive ex-presidentes, e até estudiosos da área começam a discutir a descriminalização da maconha. A princípio, acredito que não é esse o caminho, porque se a tese deles é que vai acabar com a violência, certamente, caros amigos, a maconha é a porta de entrada para esse mundo que ainda precisa ser muito discutido e muito combatido.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)



1579-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Coronel Castro

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Vamos ouvir o nosso comandante da Polícia Militar, que tem obrigação de comandar a sua tropa em seu dia a dia e no enfrentamento a esse problema diário. Com a palavra o coronel Castro.

O Sr. CORONEL CASTRO:- Boa-tarde a todos e a todas. Em nome do deputado Sidelvan Nóbrega, proponente desta sessão, saúdo a todos da Mesa. E quero abrir um parêntese para saudar os nossos soldados, pois hoje é o seu dia, 25 de agosto. É um time de craques. Sou da época em que craque era o melhor.

Então nosso time, que hoje saúdo, está composto pelo nosso governador do Estado, Jaques Wagner, o nosso secretário da Segurança Pública, Dr. Maurício, o nosso coronel José Alves, através do qual saúdo todos aqueles policiais da ativa, o nosso deputado Capitão Tadeu e o sargento Obsolom, policiais da reserva remunerada, e a nossa tenente Milena Soares, representante do coronel Leite, do Colégio Militar de Salvador. Parabenizo todos por este dia, todos os militares das Forças Armadas.

Eu gostaria de ser rápido. O que o *crack* assola, os efeitos deletérios do seu uso transcendem a pessoa do seu usuário, uma vez que eles trazem consequências também à família.

Falamos aqui em ações repressivas ao uso, ao tráfico. A todas essas ações a Polícia Militar deve estar alerta. Mas, diante do crescente problema das drogas e da violência que assola a humanidade e ciente dessas ações, a pena de ordem repressiva não contempla sua missão constitucional.

A Polícia Militar da Bahia, preocupada com a segurança do povo baiano, resolveu implantar um programa de ordem preventiva que educa as nossas crianças a resistirem às drogas e a não atuar de forma violenta na resolução dos nossos conflitos. Por isso, quero externar a minha ação de prevenção às drogas.



O programa consiste numa ação conjunta entre a PM, a escola e também a família, através do policial militar devidamente capacitado, chamado policial Proerd, educadores, estudantes e pais, no sentido de prevenir o uso da droga e da violência entre as crianças e adolescentes, bem como de ajudar os estudantes a reconhecerem e resistirem às pressões e influências do uso das drogas. Hoje, já são quase 215 mil alunos das escolas públicas municipais e estaduais e da rede privada que foram formados pelo Proerd.

Paralelamente às ações preventivas, foi elencada a Polícia Militar a executar operações voltadas para o combate ao tráfico de drogas de forma sistemática e contínua. Quero ressaltar e reafirmar o compromisso da PM em ações preventivas e repressivas no combate às drogas.

Por último, como iniciei a minha fala pedindo que os senhores parabenizem hoje os soldados, quero convocar todos a se envolver em um programa de Estado - não é um programa de governo, mas de Estado -, o Pacto pela Vida. Toda a sociedade - governo e instituições públicas, privadas ou não - está convocada a formar uma seleção de craques para, juntos, driblarmos a violência, como está estampado na camisa desses jovens aí “Driblando a violência”, em especial o *crack*, o perna-de-pau desse time.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1580-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Waldir Santos

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- O secretário da Justiça, Dr. Maurício, pediu para se ausentar em virtude de outros compromissos. Gostaria de agradecer ao Dr. Maurício e ao nosso comandante da Polícia Militar.

Com a palavra o advogado da União, o defensor público federal, para falar sobre o tema desta tarde.

O Sr. WALDIR SANTOS:- Boa-tarde a todos. Saúdo a Mesa na pessoa do deputado Sidelvan, a quem parablenzo pela iniciativa. Também, não posso deixar de fazer referência à minha amiga e colega Fabiana, ao deputado Capitão Tadeu, que foi meu professor e que continua sendo um bom amigo, ao Coronel Castro – fui integrante da corporação, aos demais integrantes da corporação da qual fiz parte, major Ramalho Neto – fui policial militar dos 18 aos 30 anos e também o meu amigo Elcimar Torres que foi colega de conselho da OAB, uma vez que lá estivemos juntos.

Quero aproveitar essa oportunidade de falar por conta da preocupação que tenho com a unilateralidade dos pontos de vista neste debate. Não me refiro ao debate aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, mas refiro-me ao debate no país. A sinceridade no debate nacional das drogas não está ocorrendo. Explicarei o porquê.

Nasci na zona rural do município de São Felipe. Aos 11 anos, vim morar em Salvador. Estudei no Colégio da Polícia Militar. Entrei na Academia de Polícia Militar e nunca tive contato com droga ilícita. Não tenho o hábito de beber, mas não acho que seja um mérito, não há nada de diferenciado com relação as outras pessoas.

Não acho haver problema algum com relação a um indivíduo que use droga lícita ou ilícita. Isso não faz com que a pessoa seja menor do que a outra. Mas digo que por conta do debate que está sendo feito de forma equivocada em nosso País. Estamos fazendo com que aumente a quantidade de pessoas que usam drogas e que a sociedade não quer que ocorra.



Em dezembro do ano passado, 93% da população do Nordeste era contra a legalização das drogas e 87% da população brasileira. Esse dado é da Vox Populi, publicado na Folha de São Paulo. Na última pesquisa, que tem pouco mais de uma semana, caiu de 87 para 81. Por quê?

Enquanto Fernando Gabeira defendia a legalização da maconha, tinha espaço na mídia. A partir do dia em que ele passou a declarar que não era mais favorável – inclusive a sociedade não sabe disso até agora – quem ocupou espaço foi Fernando Henrique Cardoso, uma pessoa que declarou publicamente não saber que o princípio ativo da maconha era o THC, uma pessoa que declarou publicamente não saber se o seu próprio filho usava drogas ou não. Uma pessoa que desconhece coisas desse nível empresta seu nome para que seja feito um filme – que assisti acreditando que iria ver um debate e debate pressupõe dois lados com posições opostas.

O que vi foi apenas a defesa feita pelo diretor do filme sobre a legalização das drogas ao ponto de o Dr. Dráuzio Varella figurar no filme como um defensor das drogas. Quando qualquer pessoa chega ao site dele, descobre que ele é contra a legalização.

O debate tem sido feito em cima de coisas que não posso chamar de outro nome a não ser de mentiras ou coisas sem fundamento. Não me refiro a nenhum orador que esteve aqui hoje, mas escuto, há muito tempo, as pessoas dizerem que a droga está na humanidade há milênios antes de Cristo. É verdade. Assim como o estupro e a pedofilia estão na humanidade há milênios antes de Cristo.

Isso não é critério para admitirmos que uma coisa seja hoje tolerada. Escuto pessoas dizerem que as drogas ilícitas fazem menos mal do que as drogas lícitas. Ainda que isso fosse verdade, a toxina botulínica é um veneno muito mais perigoso do que o chumbinho, que é proibido e a toxina botulínica é legalizada.

Então agora vem a pergunta: será proposta a legalização do chumbinho porque tem um veneno mais violento do que ele?

Escuto muita gente dizer há muito tempo que tem droga lícita que faz mais mal quando se compara a uma população de 1% de dependentes de *crack*, talvez hoje 1,2% no Brasil, com 52% de usuários de álcool. É evidente que o álcool mata mais. Agora multiplique



por 52 a quantidade de usuários de *crack* e vamos ver o que acontece com este País. Vamos ver se a Previdência Social quebra ou não quebra. Vamos ver se vai existir lugar no Rio de Janeiro onde a gente possa andar em segurança. Porque aqui na Bahia não temos um lugar onde possamos andar em segurança, mas na zona Sul até que se anda em segurança.

Há mentiras que circulam com tanta força, como, por exemplo, na Holanda a droga é legalizada. Ainda que a Holanda tivesse as dimensões e os problemas do Brasil, não há como comparar uma coisa com a outra. Eu vi uma entrevista, e está no *You Tube*, em que o cônsul geral da Holanda no Brasil virou para o repórter no começo da entrevista e disse: Antes de você me fazer a primeira pergunta, eu preciso declarar uma coisa: na Holanda usar drogas é crime. Na Holanda não se pode usar ou portar drogas. Essas são as palavras do cônsul geral. E ele disse: Não sei por que no Brasil se pensa de forma diferente em relação ao meu país. Eu fui pesquisar e descobri que a Holanda, segundo a revista *The Communist*, é o país que mais prende por uso de drogas.

Há 20 dias eu estava em Amsterdã, fui com um grupo participar de um seminário sobre meio ambiente, e fiquei surpreso quando um dos companheiros que estavam lá perguntou a uma atendente de um café onde é que ele podia comprar *space cake*, que é o bolo feito com substância tida como ilícita, e a funcionária do café se irritou com a pergunta e pediu que ele respeitasse o estabelecimento.

Então as pessoas têm uma visão totalmente equivocada a respeito do resultado que gerou a legalização das drogas. O argumento que mais irrita os defensores da legalização é um argumento que já foi posto aqui, parabeno o deputado que até colocou esse ponto de vista, que a maconha é a porta de entrada para as drogas mais graves. E é verdade. Quem diz isso são os usuários de *crack* que estão lá em Guaratinguetá, pergunte a qualquer um deles ou pergunte a todos e a gente vai ter o índice.

Então eu me horrorizo, aterrorizo-me – outro dia assisti a um pseudodebate, porque havia duas pessoas defendendo um ponto de vista idêntico, pela legalização, e eu disse a uma dessas pessoas que, inclusive, integra o CETAD, uma das maiores autoridades no assunto, que eu até gostaria que ela estivesse aqui, que eu me horrorizo quando vejo, ao meio-dia, numa emissora de rádio de grande audiência, ele dizer: Quem tem problemas tem que usar



drogas. A saída para quem tem problemas é usar drogas. Isso para mim não influencia uma decisão, porque tenho o meu caráter formado, todos nós temos, mas uma criança de nove anos, no banco traseiro, voltando ou indo para a escola no carro do pai, vai se influenciar com isso. E nós vamos gerar mais e mais usuários, e é o que não queremos.

Depois de ter dito isso, voltei para o meu lugar e escutei dessa autoridade a seguinte afirmação: Waldir, você deveria ouvir direito a fita; você deveria pedir a fita na rádio e ouvir direito, porque eu nunca disse isso. Então peguei uma folha de papel onde estavam as palavras deles, eu havia desgravado, e disse a ele: doutor, a gravação está no meu *laptop*, eu vou ler o que o senhor disse, se o senhor disser que não foi assim, eu peço permissão para apertar o *play*. E disse a ele que ele havia dito: Quem tem problemas tem que usar drogas, porque para muita gente a única saída é essa. E ele, humildemente, voltou atrás. Mas o debate é feito em cima desse tipo de comportamento, em que se humilha uma pessoa, eu me senti humilhado, porque se eu não tivesse a gravação ou a certeza do que eu havia dito, eu iria ficar humilhado ali.

Um outro integrante da mesa chegou a dizer que eu estava equivocado quando afirmava que aquele médico dizia que era a favor da legalização do *crack*. Aquele médico nunca havia dito que era a favor da legalização do *crack*. Eu disse: olhe, isso ele não disse somente na rádio, não. Isso ele disse aqui e as palavras foram as seguintes: Perguntam-me se sou a favor da legalização das drogas, eu digo que sou. Perguntam-me: inclusive do *crack*? Eu digo: Principalmente do *crack*. Essas foram as palavras dele, para 20 minutos depois negar o que disse. É uma coisa inacreditável!

Por isso que digo que o debate das drogas não está sendo feito em cima da sinceridade e da verdade. Por isso que digo que todos os governos estão tomando o rumo equivocado, porque estão buscando o rumo mais conveniente e mais adequado, mas se está deixando de lado a verdadeira preocupação. O foco do problema está todo em cima do usuário, mas quem mais está morrendo não é o usuário.

Vou citar três episódios rápidos. Primeiro, há cerca de dois meses a imprensa baiana noticiou que um jovem roubou uma bateria de carro para vender e pagar uma dívida de droga. O comprador soube que era roubada, procurou o pai do jovem, avisou-o, e o pai



mandou que o menino devolvesse o dinheiro. O que é que o menino foi fazer? Matar a pessoa que havia comprado a bateria porque o denunciou ao pai.

O segundo caso: uma velhinha no Itaigara, próxima a Apae, transitando para o médico com a bolsa do lado, um dependente de *crack* arrebatou-lhe a bolsa. Como ela não largava, arremessou a velhinha ao meio-fio, que bateu a cabeça e teve traumatismo craniano. O terceiro: há pouco tempo, um estilista, no Rio de Janeiro, parou de dar dinheiro ao irmão para comprar drogas, que o arremessou do oitavo andar.

Então, pergunto para quem está preocupado com o traficante: cadê o traficante nessas histórias? No caso da bateria não tem traficante. Se a droga fosse legalizada e vendida na farmácia, esse garoto roubaria uma bateria. No caso da velhinha, se a droga fosse comprada na farmácia, o rapaz teria que roubar, porque ele não tem o dinheiro para comprar a droga. No caso do arremesso do oitavo andar, ele teria buscado o irmão também. Então, essas coisas não estão sendo ditas, pensadas nem postas.

A realização de eventos como esse aqui é muito importante. Mas se continuar no mesmo rumo que o País, o Estado e os municípios estão seguindo, em pouco tempo vamos ter a marcha do *crack*, porque estamos vendo autoridades pagas pelo Estado defendendo a legalização do *crack*?, dizendo que o *crack* é solução? Essa é que é a palavra, enquanto nós estamos aqui discutindo o *crack* como um problema que sabemos que é... Isso é uma coisa inacreditável! Parece a história “O Rei está nu”! Parece que ninguém está vendo que isso está acontecendo! O rumo das coisas precisam ser mudadas para que uma verdade apenas não prevaleça.

Em Porto Seguro, em 2006, eu estava participando de um congresso de Direito, como palestrante, e lá encontrei quatro colegas penalistas que comemoravam a edição da nova lei 11.343 e diziam que o problema seria resolvido. Eu disse que agora é que o problema vai ser criado para os usuários. Eu disse a eles, com a experiência de quem tem 12 anos de polícia, classificar uma pessoa que porta droga como usuária ou como traficante é uma tarefa que conta muito com a subjetividade. E não é por maldade que o policial considera aquela pessoa como traficante. Então, as pessoas que antes eram enquadradas como usuárias e tinham um tratamento adequado, passaram a ser enquadradas como



traficantes. É por isso que, a partir de 2009, a imprensa baiana começou a dizer que a Secretaria da Segurança Pública não entendia por que aumentou o número de prisões por tráfico e não aumentou o número de droga apreendida. Porque os usuários estão sendo presos como traficantes. E a culpa de quem fez essa lei, achando que estava fazendo um bem para ele...

Anteontem, ou há três dias, um jornal estampou um aumento de 87% nas prisões por tráfico no Estado da Bahia e 123% no Brasil! Então, essa lei, com o propósito de fazer o bem, acabou fazendo o mal, destruindo a vida de muita gente que passou a ser enquadrada como traficante, quando não era. Então, essa coisa precisa ser tratada com mais responsabilidade.

Quando se fala de um debate como esse sobre um droga ilícita e se mistura com o tema da droga lícita, vem-se tratar de cigarro ou de álcool, temas importante mas que têm o seu espaço, é evidente que se quer desviar do problema, é evidente que se quer distorcer a discussão.

Eu vejo nos jornais artigos repetitivos defendendo a legalização e um dia vejo um texto de um professor da UFRV, onde, da primeira à ultima linha, só tinha agressões e ofensas, as mais incríveis contra quem era contra à legalização das drogas, xinga a pessoa do começo até o final. E isso tem espaço na imprensa.

O *crack* surgiu por conta da superprodução, precisava-se dar vazão e não tinha consumidores de cocaína suficientemente, então, descobriu-se uma maneira mais barata de fazer o consumo.

Precisamos... Tenho tomado como surpresa grande... Faço palestras em colégios falando sobre esse tema e 50% dos jovens dizem ser a favor da legalização. No final, faço uma nova enquete, e 100% é contra a legalização. Isso me mostra que está faltando informação. Então, para que possamos prevenir, diminuir a quantidade de novos adictos, é preciso informar as pessoas sobre qual é a realidade sobre algumas dessas coisas que falei aqui. Nós ficamos apenas preocupado com alguns aspectos... Por exemplo, uma coisa que é muito em cima de mentira: é permanente a referência ao problema de saúde – que eu não discordo. Mas isso já está na lei, e as pessoas afirmam que é preciso parar de tratar como um



problema de polícia e tratar como de saúde. Mas já é tratado como um problema de saúde desde 2006! A palavra saúde é repetida na lei 11.343 dezenas de vezes. E o tratamento que o Estado dá é voltado, exatamente, para a área da Saúde. Se formos esperar a solução dos problemas sociais e econômicos para passarmos a tratar dos problemas das drogas, vamos morrer antes de ver isso acontecer.

E eu quero segurança! Estou falando aqui como cidadão.

Muito obrigado. (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, companheiro.

(Não foi revisto pelo orador.)



1581-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Ângela Gonçalves

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Quero franquear a palavra a Dr^a Ângela Gonçalves, aqui representando o secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia. Em seguida, a Dr^a Patrícia, que também está conosco. E depois ouviremos o nobre colega e companheiro.

A Sr^a ÂNGELA GONÇALVES:- Lamentavelmente estamos avançados, mas é importante debatermos. Quero agradecer e cumprimentar a Mesa na pessoa do presidente desta sessão, deputado Sidelvan, e a todos que estão presentes. Ao mesmo tempo, gostaria de dizer que em primeiro lugar quero só colocar a evolução dos investimentos da Sedes na questão do enfrentamento, do combate às drogas.

Em 2009, a Sedes disponibilizou, ou melhor, investiu R\$ 1,8 milhão. Em 2010, R\$ 5 milhões e 400 mil reais. E em 2011, até o mês de agosto, R\$ 6 milhões e 500 mil reais. E mais uma aprovação recente dum projeto na área do Esporte da ordem de R\$ 2 milhões.

Em relação a esses investimentos, que significam para este ano uma evolução de R\$ 8 milhões e 800, quero dizer que o Estado está investindo, sim, com certeza. E mais do que isso, do que investir, ele está integrando também as ações do governo. E não só do governo estadual, pois está existindo uma intersetorialidade de todos os entes federados. O governo federal tem feito investimentos e debates, e o estadual também, assim como os governos municipais.

No caso da Sedes, mais do que investir, estamos muito preocupados com uma coisa: a regulação e qualificação dos serviços. Não adianta fazermos só os convênios. Temos de ter o comando, ordenar que tipos de serviço estão sendo prestados e de que forma eles estão integrados com a rede própria ou pública, aquelas redes do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social. Se não for assim, acho que o erro maior não é a ausência do debate, mas sim a falta de estratégia ou discussão sobre como essas coisas estão se dando.



Portanto, um evento como este é de fundamental importância porque esta Casa aprova o Orçamento, e hoje temos um plano dentro do governo estadual, que não foi feito por uma secretaria só, mas sim duma maneira muito bem articulada pela Secretaria da Justiça e que demandou ação e investimento dos técnicos das Secretarias da Saúde e Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e hoje está integrando a Educação e a Cultura, fazendo ainda um chamamento para a Setre.

Gente, isso é de extrema importância. Esta Casa, neste ano, já promoveu dois debates. Isso significa que estamos buscando caminhos corretos, não adianta aprovar um projeto e achar que por ele atender mil pessoas, duas mil pessoas, ele tenha uma eficácia. Ele tem eficácia quando ele trata e cumpre as normas, pode ser de quem estiver à frente de uma comunidade terapêutica ou de uma secretaria de saúde ou de uma secretaria de assistência social em qualquer que seja os municípios deste Estado.

E para isso estamos também qualificando os serviços do CREA e CRAS, que são 552 unidades dentro do governo estadual financiadas por ele próprio e pelo federal. Elas estão em todos os municípios da Bahia. Portanto, tem de haver uma ação de reconhecimento de quem são aqueles usuários e a qual rede de serviço de saúde e de assistência social devem ser encaminhados.

Quero dizer que este debate não pode terminar aqui, pois esse plano, mais do que uma ação, remete à integração, à vontade política de fazer e de construir políticas. São necessários os meios para isso. São necessários recursos, como os tais 8 milhões que a Sedes está investido. Esse montante tem de ser triplicado, e não somente dentro da Sedes, mas também nas secretarias da Saúde e da Justiça, para assim chegarmos a um objetivo.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



1582-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Patrícia Flach

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Peço um pouco de paciência a todos que aqui estão, mas este tema é extremamente relevante. Estamos ouvindo várias ideias, como a do nobre advogado da União, que trouxe ao debate outro assunto importante que também precisamos trabalhar no nosso País.

Ouviremos agora a representante da Secretaria da Saúde, a Dr^a Patrícia. Em seguida, ouviremos o secretário Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos Humanos, Dr. Oscimar Torres, que também vai abrilhantar esta tarde.

A Sr^a PATRÍCIA FLACH:- Saúdo a Mesa e todos os presentes na figura do nobre deputado Sidelvan Nóbrega.

Na verdade, o problema do crack já é admitido como de saúde pública. E acho que precisamos conhecer algo muito importante neste momento. O Jorge, colega do CETAD, falou que conhecemos pouco a proposta dos governos federal e estadual, do SUS, acerca da atenção aos usuários de álcool e outras drogas. Que rede é essa que temos e por que ela não funciona? É preciso que compreender essa proposta, o que temos e por que essa rede não está funcionando. Só assim poderemos propor soluções eficazes para a resolução desses problemas.

Temos um Sistema Único de Saúde que é único porque as diretrizes propostas nele devem ser seguidas em todo o Brasil. Todos os governos estaduais e municipais devem seguir as diretrizes, oriundas no âmbito federal e no Sistema Único de Saúde, para a saúde mental.

Temos, desde 2003, uma política do Ministério da Saúde para o usuário de álcool e outras drogas, que propõe a implantação de uma rede de atenção aos usuários. Alguém falou aqui que não temos uma porta de entrada para a rede. Temos, sim, essa porta, que é a atenção básica.



O SUS, quando elaborou a proposta de saúde, pensou em três níveis de atenção: a atenção básica, na qual estão os agentes comunitários; o Programa Saúde da Família, que se tivesse a cobertura proposta de 100% já estaria dando apoio, identificando os problemas e resolvendo-os, quando não fossem grandes. Também temos na atenção básica os CRAS, a Polícia Comunitária e uma série de outros dispositivos na comunidade que, se estivessem funcionando bem, poderiam evitar que as situações se agravassem a ponto de se chegar a essa complexidade. E quando as situações ficam mais graves e não damos conta na atenção básica, devemos encaminhar essas pessoas para o CAPS. E uma das propostas do governo é a de criar CAPS específicos para usuários de álcool e outras drogas.

Esses serviços específicos foram pensados, inicialmente, para municípios com uma população acima de 70 mil habitantes. As localidades com menos habitantes têm CAPS do tipo 1, ou seja, de saúde mental, que devem atender esses usuários. Mas vocês podem perguntar: “Mas no Estado da Bahia temos 70% dos municípios com menos de 20 mil habitantes.” E nessas cidades não tem esse problema de consumo de drogas? Tem. Como é que eles devem ser tratados?

A proposta do governo federal é que criássemos dispositivos regionais quando a atenção básica, capacitada, não desse conta para atender a esses usuários. Então deveríamos ter CAPS AD-3, 3 seria um dispositivo em que as pessoas poderiam ficar 24 horas, durante 15 dias. A gente percebe que na síndrome de abstinência e nas questões relativas à dependência química e o suporte que o usuário precisa, num período máximo de 15 dias, pode ser dado conta.

E o Ministério da Saúde propõe hoje um outro dispositivo que são as Casas de Atendimento Transitório. Essas casas seriam dispositivos que dariam apoio aos CAPS junto à rede. A gente sabe, e falamos aqui, que muitos usuários estão envolvidos com o tráfico, estão envolvidos com questões sociais graves. Às vezes, perderam os vínculos familiares, às vezes, estão em situação de rua e essas questões sociais que são muito graves a gente não vai dar conta internando ele ou dando a ele o acolhimento noturno do CAPS. A gente precisa de um dispositivo intersetorial, porque é uma parceria da Assistência Social com a Saúde, no sentido de acolher esse usuário e tentar possibilitar a reinserção social dele.



Além do mais, hoje, o Ministério da Saúde propõe que sejam criadas enfermarias em hospitais gerais para atender aqueles casos em que a questão da dependência química é muito grave e o usuário vai precisar de um atendimento 24 horas no dispositivo e ele pode acessar outros dispositivos de saúde em que ele estaria mais protegido.

Então a gente não tem ainda nenhuma enfermaria no Estado da Bahia e, agora, o secretário da Saúde Jorge Solla autorizou que no Hospital Universitário Edgard Santos a gente crie a primeira enfermaria para o usuário de álcool e outras drogas, e o CETAD está na frente dessa proposta.

A gente também tem como proposta do Ministério da Saúde a implantação de leitos para usuário de álcool e outras drogas no Hospital Geral. Eu falei de uma rede enorme, a gente já avançou no Estado da Bahia em relação a essa rede.

Em 2004, a gente implantou em Salvador o primeiro CAPS AD, e tínhamos apenas 15 CAPS no Estado da Bahia. Hoje temos quase 190 CAPS na Bahia. Então dizer que não se avançou, não é isso. Agora, esse avanço não atende às necessidades de saúde da população, e temos um Estado que tem uma discrepância de saúde, uma discrepância econômica e social enorme, e a gente precisa trabalhar pensando também nesses territórios, e nas diferentes populações. Quando a gente pensa no adolescente, a gente tem que pensar propostas também voltadas para esse público, porque não dá para oferecer o que a gente oferece para o adulto para um adolescente. Os interesses são outros, o motivo do envolvimento com a substância psicoativa é outro.

Além do mais, a gente precisa se dar conta de que esse campo – as falas aqui revelam muito isso – é um campo minado onde as pessoas pensam de forma diferente. Há vários interesses, inclusive interesses econômicos fortes que muitas vezes determinam a implantação ou não de determinados dispositivos. E a gente tem que entender toda essa complexidade para entender por que a gente não tem implantado esse serviço se o Ministério da Saúde dá incentivo, se o governo do Estado incentiva. Eu diria para vocês que, mesmo que a gente tivesse todo o dinheiro do mundo para implantar esse serviço, a gente não conseguiria implantar. A gente não conseguiria implantar de imediato porque, primeiro, a gente não tem profissionais capacitados para trabalhar dentro dessa lógica. A gente precisa



investir na formação das pessoas, desde a escola até a universidade. Hoje, os profissionais que saem das universidades não estão preparados para fazer isso que a gente está propondo. É algo novo.

Inclusive a gente não tem uma política de recursos humanos também que possibilite a esse profissional fazer isso. A gente não tem uma política de recursos humanos que possibilite esse profissional receber bem pela qualidade do seu trabalho e fazer um bom trabalho, porque o profissional da saúde hoje tem que ter dois, três empregos para dar conta de uma sobrevivência num patamar mínimo de dignidade. Então isso se reflete na assistência também às pessoas e na qualidade da atenção dos serviços de saúde.

Eu sei que o tempo aqui é escasso, por isso estou correndo um pouco, eu acho que teríamos muitas outras coisas para falar, inclusive anotei aqui vários dispositivos que a gente tem implantado, os consultórios de rua, que foi um dispositivo que nasceu aqui no CETAD, eu tive oportunidade de trabalhar três anos no consultório de rua, na rua, com os usuários de *crack*.

Eu trabalho no Cetad, eu acolho os usuários. Esta semana eu acolhi um usuário de *crack* que tem 20 anos usando *crack*, 40 pedras por dia, eu disse assim: “Poxa! Você quebra todas as estatísticas, porque as pessoas dizem que três anos de uso de *crack* as pessoas morrem. Então, não é bem assim que as coisas acontecem. As pessoas estão morrendo muito mais pela vida que elas levam como usuários do que pelo *crack* em si, não dá nem tempo de ela morrer pelo uso, porque ela morre antes pela associação. Isso que o defensor falou da lei, no seu artigo 33, que é muito difícil separar o traficante do usuário, é uma separação muito tênue. Porque a gente tem, por exemplo, na população de rua, pessoas que são usuárias e que traficam para manter seu uso. Então, elas são enquadradas como traficantes, mas elas são usuárias. E na lei não está previsto como lidar com essas pessoas, a gente vai lidar com elas como se fossem traficantes, e nós estamos lotando as cadeias com usuários.

Então, essa é uma grande questão da lei, também, que a gente só faz, digamos assim, piorar o processo de exclusão dessas pessoas. Tem um pequeno texto do professor Neri que o título é assim: “*Por que os humanos usam drogas?*” E eu acho que para falar desse tema a gente deveria começar por aí, por que as pessoas usam droga na nossa



sociedade? E ele coloca no primeiro ponto, ele fala do sofrimento humano, o sofrimento que é intrínseco a qualquer ser humano. Por isso que a droga não está só na classe baixa, mas qualquer ser humano em contato com o sofrimento, com a angústia da morte, no momento em que ela percebe que tem um tempo, que esse tempo é finito e que você tem que realizar algo naquele tempo, a angústia de saber finito causa uma angústia e um sofrimento enorme, um sofrimento que é subjetivo, que é de cada um e que é único.

Aí a gente vai pra uma outra esfera em relação a esse consumo de drogas, que é o social, e aí nós temos vários e vários motivos para que o encontro de uma pessoa que está numa situação de total exclusão. São famílias e famílias brasileiras que vivem essa situação, que não têm como viver com dignidade, não têm acesso ao estudo, não têm acesso à educação, a condições mínimas de habitação, a sonho de futuro e de vida, e que isso leva à droga. E esse encontro acaba sendo, muitas vezes, sim, uma saída, uma saída possível diante da impossibilidade que não tem sido aberta na nossa sociedade – e é o encontro com uma droga potente que é o *crack*.

Então, acho que pensar políticas implica pensar em todas essas questões, e antes de tudo conhecer, conhecer as políticas que já temos e pensar por que elas não estão sendo implantadas. Para encerrar, eu fiz um estudo da implantação da política de álcool e outras drogas no Estado da Bahia, e a conclusão principal do meu estudo é que a gente precisa mobilizar forças políticas para implantar essas políticas. Porque a gente vai nos municípios e as políticas estão lá e não são implantadas, a gente não tem uma mobilização da sociedade, a gente não tem uma mobilização dos usuários exigindo que o governo implante políticas que foram formuladas.

Então, que esses sejam espaços para sensibilização também dos gestores municipais, porque com a municipalização proposta pelo SUS são eles que devem implantar esses subsídios com o suporte do Estado.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



1583-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Oscimar Torres

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o representante municipal, secretário Dr. Oscimar Torres.

O Sr. OSCIMAR TORRES:- Boa-noite a todos, queria saudar aos presentes na pessoa do deputado Sidelvan. Como estava aqui o tempo quase todo falando com Dr^a Ângela, acho que a sessão, presidente, fez o roteiro inverso, porque sendo eu o último orador a falar, estou falando aqui em nome de quem executa a política de ação social, de quem recolhe o usuário de droga nas ruas ou de quem tem a obrigação constitucional de fazer ou de dar um destino a esse dependente de substância psicoativa. E falo com certa indignação, porque, já com a Casa vazia, não posso também expor as dificuldades que enfrentamos para aqueles que deveriam estar aqui, a nos ouvir.

E cito aqui, também com uma certa preocupação, o Sérgio Bittencourt: naquela mesa está faltando educação. Por quê? Porque não vi qualquer representante da secretaria estadual ou municipal de Educação. E nós só concebemos a ideia de tratarmos esse tema com êxito se tivermos conjugados os esforços de educação, saúde e assistência social.

E tem sido assim. Eu estou há apenas cinco meses como secretário municipal de Ação Social e tenho buscado esse diálogo permanente, tenho buscado do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, com o secretário Carlos Brasileiro, com a Dr^a Ângela, com o secretário Almiro Sena, parcerias que possam melhorar a qualidade dos serviços em nossa capital. E falo da capital porque são 3 milhões de habitantes.

Nós temos, meu caro Waldir Santos, em Salvador 190 mil famílias beneficiárias do Bolsa Família. Milhares de soteropolitanos integram o público alvo do programa *Brasil sem Miséria*, milhares, porque têm receita *per capita* menor do que R\$ 70,00. Quando chegamos ao Calabetão, ao Arenoso, a Nova Constituinte, aos bairros mais violentos da nossa cidade, o que ouvimos das mães são apelos para que tiremos seus filhos do uso do *crack*.

E não estou vendo aqui a Dr^a Fabiana.



Mas tenho uma preocupação muito grande, porque hoje, por exemplo, no mundo, o problema principal da juventude, sobretudo aquela que povoa o centro antigo de Salvador, é que muitos dos usuários de drogas são crianças de pouca idade, de 8, 9, 10, 12 anos, e que estão-se tornando invisíveis para nós, porque eles estão lá, amanhecem, dormem, todos passam por eles e ninguém percebe que ali existe um ser humano.

Então, é preciso que tenhamos a compreensão de que é uma calamidade que estamos vivendo e que precisamos de ações integradas, sim. É preciso que haja essa integração.

Aqui eu ouvi muito falarem da questão da saúde, e um dos problemas que enfrentam as nossas equipes, doutora, é recolher alguém, um usuário, através do SAMU, e se ele não tiver um documento não pode ser atendido. Pois bem, as equipes estão relatando isso, a negativa de atendimento porque não têm sequer um documento. Estamos transportando em carros da secretaria pessoas que têm algum transtorno psíquico e, muitas vezes, o hospital não as recebe porque não têm um documento.

Por isso buscamos a Defensoria Pública, para que entre com ações judiciais; buscamos a Secretaria da Justiça, para que a identificação possa ser feita, ou a própria Secretaria da Segurança, com a impressão digital, para que se saiba, exatamente, se existe uma referência familiar daquele cidadão que não tem capacidade de se expressar e dizer de quem se trata.

E eu queria, também, fazer uma referência: se o Ministério Público – desculpem a ausência do representante do Ministério Público – quiser processar qualquer município, principalmente Salvador, vai processar, sim, porque é obrigação do município ter abrigo para gestantes que são vítimas de estupro, e não tem; era para ser implantada a comunidade terapêutica para tratamento prolongado de dependentes químicos, e não tem; e outros serviços.

Se vamos fazer abrigamento compulsório... Ouvimos um promotor falar recentemente, numa entrevista, sobre aquele caso de São Paulo, onde crianças de até 12 anos quebraram um Conselho Tutelar. O Ministério Público defende que não haja abrigamento compulsório, ou seja, que alguns limites não sejam estabelecidos na educação desses jovens



que têm certa dificuldade de entendimento porque não tiveram educação formal suficiente.

Então, é preciso que tenhamos uma discussão mais aprofundada, meu caro Sidelvan, para que possamos ter, efetivamente, uma melhoria no atendimento.

E, aqui, eu quero, também, para finalizar, louvar a atuação de duas representantes de ministérios públicos, Dr^a Delamari Melo, do Ministério Público do Trabalho, e a Dr^a Cíntia Guanaes, respectivamente, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Estadual, que coordenam o grupo executivo do Projeto Sinaleiras, que é o maior programa que temos hoje de atendimento a crianças que estão nas ruas, nas sinaleiras de Salvador.

A primeira turma vai formar agora 62 crianças e adolescentes. A próxima turma já tem 300 inscritos, com o apoio do SENAI, do Ministério Público do Trabalho e com a doação de algumas empresas com a captação de recursos através da OIT, do PNUD e de outros órgãos financiadores, para que possamos enfrentar essa questão.

Agora, repito, é preciso que tenhamos uma ação integrada, porque não adianta fazer uma base comunitária no Calabar, se depois a ação social não tiver presente para levar todo o serviço, como a Dr^a Ângela sabe. A mesma coisa no Nordeste de Amaralina. E Salvador não tem recurso suficiente para manter um serviço de qualidade para atender esse público todo. Por isso, é preciso que haja também mais investimentos; e mais investimentos implicam uma participação maior do Estado na ação social nesta capital, num cofinanciamento do governo federal; e, sobretudo, com integração de ações para evitar que haja desperdício de recursos.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1584-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or^a Rosilene Santos Reis

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Ao agradecer a fala do nobre secretário municipal Oscimar Torres, peço desculpas, porque quando concebemos esta sessão – estava até comentando isso com a doutora – pensamos em discutir o crack relacionando-o à área da saúde. Depois teremos de discutir esse tema envolvendo segurança pública e a área social, porque é um assunto realmente muito extenso, que requer um aprofundamento maior.

Queria também ressaltar o trabalho que as associações e as igrejas como um todo, a católica, a evangélica, têm feito. Todas as igrejas têm recuperado jovens, tendo em vista que o Estado, infelizmente, não investe nessa área. Temos a estatística, inclusive, oriunda de um estudo de uma professora universitária de São Paulo, com a qual ela mostra que o percentual de pessoas recuperadas, Dr. Oscimar, pelas entidades evangélicas que voltam para as drogas é muito pequeno.

Por outro lado, entre os recuperados através de medicamentos é muito grande o percentual dos que voltam ao vício. Então o trabalho que essas igrejas têm feito é muito importante.

Eu queria franquear a palavra por apenas 3 minutos, pois temos de encerrar a sessão, no máximo, até as 18h. Agradeço aos funcionários desde já, que estão aqui e precisam pegar o ônibus das 18h.

Passo a palavra, por 3 minutos, a Rosilene Santos Reis, da associação. Depois concederei a Solon, que também pediu. Em seguida ao companheiro ali atrás.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra a Sr^a Rosilene Santos Reis.

A Sr^a ROSILENE SANTOS REIS:- Boa-tarde a todos. Meu nome é Rosilene. Sou liderança comunitária no bairro de Canabrava e mãe de família. Queria agradecer e parabenizar o nobre deputado Sidelvan Nóbrega, que conheço como pastor Sidelvan, e todas as pessoas que falaram aqui nesta Plenária, como o jovem deputado e o defensor público, que



falou sobre o equívoco da discussão a respeito do consumo das drogas, não só do crack, mas de todos os tipos de drogas.

Eu senti falta nesta Mesa, deputado, de quem sofre o problema das drogas de perto, porque quem é funcionário do Estado, quem é secretário, quem é promotor, quem é desse nível está protegido de alguma forma.

Nós das comunidades estamos vivendo o problema diretamente. A gente não pode sequer dar um conselho a um jovem na comunidade que viramos alvo de quem administra a vida daquele jovem. É incrível, é absurdo, é revoltante, mas temos que admitir que é verdade.

A gente vive uma inversão de valores. Antigamente, quando víamos um policial, ficávamos felizes. Sabemos que em todos os lugares existem os bons e os maus, mas hoje não sabemos mais quem é aquele policial, se ele vai nos proteger ou se ele vai nos agredir. Sou uma jovem de 41 anos e na minha adolescência, se a gente sonhasse com um rapaz que pelo menos tivesse experimentado maconha, nós, meninas, não chegávamos perto dele. Hoje, a gente vê as meninas se deslumbrarem porque “o cara é o patrão”. E a gente vê pessoas que ganham dinheiro se autopromovendo com relação a isso, usam o termo, e a mídia toca a música exaustivamente. Existem programas de TV que idolatram essas pessoas, que fazem dessas pessoas, como dizem por aí, “os caras”. Ele canta: “ela dá pra nós que nós é patrão”, e as meninas vão na onda. Entenderam? Então, que partissem desta Casa leis que coibissem esse tipo de coisa e que os verdadeiros heróis, que são os esportistas, as pessoas que fazem coisas boas, tivessem mais espaço em nossas vidas.

Queria falar também que ouvimos muito aqui se falar de tratamento. Tratar, coibir, proibir, prender. Eu não ouvi, me perdoem se eu estiver equivocada, em momento algum, falar de prevenção. Existem 200 milhões de pessoas que usam droga no mundo todo, e o restante das pessoas que não usam droga? Vamos esperar que, primeiro, o restante dos milhões de pessoas se contaminem para a gente tratar? Onde estão as políticas públicas para evitar que o meu filho de 11 anos e a minha filha de 14 anos se tornem usuários de droga? Eu, como mãe, neste momento, me sinto de pés e mãos atados, porque todos os colegas dos meus filhos, a maioria, são usuários de droga. Eu sou uma guerreira sozinha dizendo a ele: meu filho, droga é ruim, droga mata. Mas “o cara” pode botar uma moto, eu sou salgadeira e



não posso dar um *playstation* para meu filho. Para eu dar um ingresso para um show, tive que vender salgado a semana toda para tirar R\$ 35,00 e pagar um ingresso do show.

Tenho que estar trabalhando a cabeça da minha filha o tempo todo. O traficante chamou ela e disse: “Eu banco o camarote para você com tudo que você tiver direito.” Entenderam? Eu não posso nem ousar, nem pensar em denunciar essa pessoa. Que me perdoem o secretário de Segurança Pública e todo mundo que faz os poderes, que coíbem, que prendem; me perdoem, mas eu não estou louca de chegar e peitar o cara, porque daqui até o senhor chegar lá eu já morri, certo? (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, Rosilene. Para concluir.

A Srª ROSILENE SANTOS REIS:- Sei que o meu tempo é curto, mas gostaria de dizer que, nas próximas discussões, tragam políticas públicas de verdade. Que a coisa aconteça de ver-da-de, porque o discurso a gente já sabe que acontece muito. O meu filho não tem uma praça para brincar, ele vai para uma escola que, com licença da palavra e do termo, não dá o menor tesão, não é assim que a gente fala? Não dá a menor vontade de estar lá, porque é uma escola feia, a professora é mal-humorada e infeliz, certo? E ele não tem a menor vontade de ir ali. E o bairro dele é feio, e a casa dele é feia, e a mãe dele não tem dinheiro para dar-lhe aquilo que ele precisa.

O que a gente de fora pensa, o que dá para entender, é que se vive num mundo de faz de conta, onde as pessoas fazem de conta que fazem as leis, outros fazem de conta que as cumprem e nós, que estamos lá embaixo, fazemos de conta que acreditamos em tudo isso que está acontecendo. E as coisas não chegam. E o meu filho brinca num campo de areia correndo atrás de rato, chutando saco de lixo e, porque não tem uma praça para brincar de esqueite, ponga nos ônibus. E eu faço o quê com ele?

Muito obrigada, deputado e todas as outras pessoas. (Palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)



1585-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Solon

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- O que essa senhora nos relatou com o coração, o seu dia a dia e a sua luta, sei que é a mesma luta que tantas pessoas têm enfrentado. A sensação que nós temos é de que somos impotentes. Mesmo sendo deputado, mesmo ao lado de um coronel e de tantas pessoas públicas, diante da dificuldade, dessa coisa tão difícil, sentimo-nos impotentes.

Mas quero dizer aos senhores que esta Mesa que ainda daqui está resistindo e todos os que já passaram por aqui vão continuar firmes lutando. A polícia vai fazer o trabalho dela, a secretária vai fazer o trabalho dela, nós deputados vamos fazer o nosso. Acho que é assim que temos de encarar a realidade desse dia a dia. D. Rosilene, tenha esperança porque, enquanto ela existir, também existirá luta. E, enquanto houver luta, certamente vai haver uma vitória. Não sei se os nossos filhos ou os filhos deles vão ver, mas temos de começar a combater isso.

Temos somente mais 5 minutos.

Quero franquear a palavra ao Solon por apenas 3 minutos impreterivelmente. Depois, ao nobre colega por mais 3 minutos e encerrar, porque tenho um compromisso com os funcionários desta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. SOLON:- Quero saudar e abraçar a todos em nome do coronel Castro, o nosso comandante-geral.

Sou policial militar, tenho 60 anos, já estou na reserva e trabalhei por 37 anos. Sou de Vitória da Conquista, onde criamos a Casa do Menor Abandonado. Está tudo documentado. Passei um período na delegacia de lá. Não havia um local da prefeitura para que as Polícias Civil e Militar colocassem as crianças. Então as recolhemos na minha casa, Caminho 26, Casa 5, CSU. Cheguei a ser vereador ao lado de “Vonca”, que foi deputado estadual e federal.



Senhoras e senhores, naquele município, no meu 9º Batalhão, há 2 anos um filho meu morreu alvejado com 8 tiros por dívidas de *crack*. Duas vezes ele esteve aqui em Salvador, e a minha polícia ainda não estava com um trabalho preparado para uma situação daquelas envolvendo os filhos dos policiais. Mas a luta continua.

Fui convidado para passar 1 ano nesta cidade. E já estou há 17 anos. Aqui está um trabalho que nós fazemos fardados e desarmados. Sou representante da Polícia Militar na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, em Brasília. Nós fazemos esse trabalho aqui em Salvador e há 15 anos estamos no bairro do Beiru, onde a capitã carioca representante da Força Nacional me conheceu em Brasília, e conheceu o trabalho que a Força Nacional faz com crianças. Mas nós ainda estamos vendo o governo do Estado, que está com toda razão, trazendo novidades. Mas quero dizer a todos aqui na Mesa e quero deixar registrado que o governo do Estado está buscando base em polícias comunitárias em São Paulo, e ainda não é uma referência porque a polícia da Bahia é humanitária. Já está registrada a partir das 15 horas do dia 14 de março de 1995. Nós estamos fazendo aqui um trabalho humanitário, os soldados fazem um trabalho humanitário.

O governo do Estado está buscando o Pacto pela Vida, do governo de Pernambuco; Ronda nos Bairros, do governo do Ceará; Proerd, dos Estados Unidos, e nós aqui da polícia da Bahia temos trabalho, sim.

Sr. Comandante-Geral, eu solicito a V.Sª que, mais uma vez, o auditório do comando-geral seja aberto para do soldado ao capitão aqui da capital e da Região Metropolitana que fazem trabalho humanitário, quando estive hoje no Calabetão, conheça, pessoal. Nós temos soldados formados, com mestrado e doutorado, mas não é chamado, não tem uma oportunidade dessa. A prevenção é um trabalho que estamos fazendo, vejam aí.

Então, agradeço esse tempo de 3 minutos que tivemos e queremos dizer que enquanto não ouvirmos o trabalhadores da ponta do sistema, o soldado de polícia, os trabalhadores na área de educação, mas da ponta do sistema e da área de educação, saúde e segurança pública, ainda vai ter essa questão. Será que o policial que trabalha na rua também não tem que ser ouvido, ter o direito tanto quanto os moradores de rua? Ouvem todo mundo, mas não nos ouvem. Conheço o valor que nós temos e vamos dizer: nós somos também



funcionários do governo do Estado, queremos vez e voz como funcionários do Estado, não só como policial militar.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1586-I

Ses. Esp. 25/08/11

Or. Elson de Jesus

Debater e avaliar o combate ao crack no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, Solon, pela sua participação. Com a palavra Elson de Jesus, o companheiro terá 3 minutos, impreterivelmente.

O Sr. ELSON de JESUS:- Boa-noite a todos. Como sempre parabenizar o deputado Sidelvan Nóbrega, toda a Mesa por essa coragem de enfrentar esse problema gravíssimo, vou fazer minhas as palavras de todos e resumir numa pequena poesia que fiz ali ouvindo todos aqui.

Primeiro, o problema do crack é um problema da sociedade, do governo do Estado, das Secretárias de Saúde e de Segurança Pública, mas o que aquela senhora falou ali é o que eu sinto, é um problema de família. Nós temos que cuidar das nossas crianças, onde vai, onde está, com quem andou, com quem está, olhar o comportamento, só assim a gente vai resolver esse problema. Temos que esperar, sim, pelos setores públicos, mas a gente tem que ter a iniciativa, certo?

Como já se tornou costume todos os dias só falar nisso, eu fiz uma poesia que diz mais ou menos assim. A minha poesia é feita na primeira pessoa, na terceira, não se preocupem com isso, não.

Eu ouço rádio, crack, crack

Assisto televisão, crack, crack

Leio jornal, crack, crack

É mais fácil ver vidas destruídas do que a sua recuperação

O rádio já não dá boas notícias e a TV temos até medo de ligar

O jornal se espremermos só sai crack

Escutamos falar de crack até no celular

Nesse momento, quantas vidas estão deixando a vida agora

Por causa dessa maldita droga a humanidade se devora.



Então, ouço no rádio crack, crack. Assisto à televisão crack, crack. Leio em jornal crack, crack. É mais fácil ver vidas destruídas do que a sua recuperação.

Sai do filme a ficção e se realiza no banco da praça onde ninguém pode mais se sentar, pois são jovens, crianças, adolescentes, idosos, usuários de crack em todo o lugar.

Este mundo foi feito para todos nós e o amor embeleza os nossos dias. Mas eles preferem ver o povo que se destrói do que lhe devolver a sua cidadania.

O jornalista já não tem o que dizer. A sociedade desta maldita droga está com medo. Para que raciocinarmos se não podemos compreender que amar e cuidar do próximo é amar e cuidar de nós mesmos?

Estou aqui representando o vereador , Dr. Giovane. Agradeço o convite. E o senhor está de parabéns por essa coragem, porque não é todo mundo que tem essa coragem de enfrentar essa droga.

Muto obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Sildevan Nóbrega):- Muito obrigado, companheiro.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 25/08/11

O Sr. PRESIDENTE (Sildevan Nóbrega):- Quero agradecer a presença do comandante da Polícia Militar, secretário Municipal Dr. Oscimar, a minha amiga Dr^a Ângela representando o secretário de Desenvolvimento Social de Combate à Pobreza do Estado da Bahia e a todos do governo do estado que passaram aqui, conclamar a todos.

Tiramos desta sessão vários pontos que precisam ser discutidos, como a questão do esporte como prevenção e a questão de saúde pública. Quero informar aos senhores que demos entrada nesta tarde de hoje, nesta Casa, a uma semana de prevenção e combate às drogas ilícitas do Estado da Bahia e dá outras providências.

Se isso for aprovado, teremos, em nosso calendário do Estado da Bahia, uma semana inteira para que possamos não apenas informar, mas criar políticas públicas e trazer informação sobre esse assunto.

Queria agradecer à plenária, à presença de todos da força jovem, ao comandante da Polícia Militar que aqui está, companheiros, nosso amigo defensor público, advogado da União que está aqui presente. Certamente, irá contribuir com a sua intrepidez, sua vontade de falar aos nossos jovens nas escolas públicas.

Gostaria de dizer, comandante da Polícia Militar, que sou egresso da Polícia Militar. Fui tenente da Polícia Militar do Estado da Paraíba e sei do trabalho que a polícia militar faz. Quero parabenizar a instituição pelo trabalho que tem sido feito. Acompanhei, em Lauro de Freitas, esse trabalho que os policiais fazem e a gente tem feito também a prevenção. Porém, o maior número é aquele que chega para o crack do que aquele que sai. Infelizmente essa é a dura realidade que temos de enfrentar.

Quero agradecer a todos, aos funcionários desta Casa, a todos que estiveram conosco, à deputada Cláudia que está conosco até o final.

Muito obrigado a todos e está encerrada a presente sessão especial.